



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - UnB

AS DOBRAS DA MEMÓRIA: A DITADURA MILITAR E A UNB

Wanderson Barbosa dos Santos

BRASÍLIA – DF

2016



Universidade de Brasília

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA - UnB

AS DOBRAS DA MEMÓRIA: A DITADURA MILITAR E A UNB

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau bacharel em Sociologia.

Orientadora: Prof. Dr. Mariza Veloso Motta Santos

BRASÍLIA – DF

2016

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Mariza Veloso, primeiro pela confiança durante a minha pesquisa, segundo, por ter me motivado sempre em busca do conhecimento. Sua dedicação durante todos esses anos de trabalho juntos foram fundamentais para minha formação.

Ao Professor Stefan Klein pela seriedade com que conduz os assuntos acadêmicos e por toda convivência e aprendizados transmitidos durante minha graduação. Suas observações críticas sempre foram pertinentes e contribuíram enormemente para o desenvolvimento das minhas pesquisas.

Aos integrantes do Programa de Educação Tutorial em Ciências Sociais por todos os anos de convivência, em especial: Lucas Siqueira, Danilo Farias, Alane, Ana Carla, Andresa, Antônio, Bruna, César, Denise, Gabriela, Júlia, Maysa, Stefan, Tiago e Fabrício. Os anos de trabalho com vocês foram muito enriquecedores para minha vida pessoal e acadêmica.

Aos meus amigos que ingressaram comigo no curso de Ciências Sociais no ano de 2013: Tomás Muci, Mateus Caldas, Danilo Farias, Angelo Daré, Artur Lins e Francisco Nonato. Obrigado por todas as conversas descontraídas sobre os temas amargos da vida.

Aos meus colegas de trabalho no Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional – IPHAN pelo acolhimento nessa importantíssima instituição. Os ensinamentos adquiridos com vocês estão para além do âmbito profissional.

À Marina Caricatti, minha companheira, por todos esses dias juntos. Principalmente pela compreensão, carinho, respeito e incentivo durante essa caminhada. A ela, deixo os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Elza Ricardo e José Antônio e as minhas irmãs, Amanda e Juliana. Obrigado pelo permanente apoio e carinho durante toda minha vida.

A todos os funcionários do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. O trabalho de vocês é importantíssimo para a manutenção das atividades do departamento.

Ao Arquivo Público do Distrito Federal pela disponibilização das entrevistas, em especial, à Rita Rocha pela celeridade no atendimento das minhas demandas. O auxílio de vocês foi essencial para a concretização desse trabalho.

Aos membros da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da UnB pelo excelente relatório sobre o impacto da ditadura militar na UnB. O trabalho realizado por vocês é inspirador e nos coloca contra as injustiças históricas cometidas pelo Estado de Exceção.

Enfim, a todos que auxiliaram durante minha graduação e na confecção desse trabalho.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 – A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 60.....	17
1.1 – A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL APÓS A POSSE DE JOÃO GOULART.....	25
CAPÍTULO 2 – AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	31
CAPÍTULO 3 – A MEMÓRIA COLETIVA.....	50
3.1 – MAURICE HALBWACHS E O CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA.....	55
3.2 – A PRÁTICA DE REENCONTRO COM O PASSADO: A MEMÓRIA EM WALTER BENJAMIN.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90

Resumo:

Esta monografia consiste numa análise das memórias e das narrativas da ditadura militar na Universidade de Brasília. O período de tempo proposto para análise corresponde as décadas de 60 e 70 do século XX, contemplando assim tanto os debates referentes à criação da UnB, passando pela conjuntura política da época e a tomada do poder pelos militares no ano de 1964. A partir do ano de 1964, a UnB, torna-se palco de inúmeras violações de direitos humanos perpetradas pelos militares que estavam no poder. Nesse sentido, apresenta-se aqui uma leitura das memórias que foram durante muito tempo cerceadas e silenciadas por conta da repressão do regime militar brasileiro. Para dar subsídios empíricos à reflexão foram analisados os recentes relatórios da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade- CATMV, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV que aborda as violações dos direitos humanos nas universidades brasileiras, depoimentos colhidos no Arquivo Público do Distrito Federal- Arpdf, além de extensa bibliografia, em especial, livros escritos por Roberto Salmeron ex-professor da UnB e primeiro Coordenador do Instituto Central de Tecnologia e Central de Física.

No primeiro capítulo, analisam-se a conjuntura de formação da UnB e os debates a acerca da sua criação, a conjuntura do Brasil em meados da década de 60 que propiciou o golpe de 1964 e as memórias da ditadura militar na UnB. No segundo capítulo, busca-se compreender como as proposições teóricas de Maurice Halbwachs e Walter Benjamin contribuem para o debate em relação ao conceito de Memória Coletiva. Assim, enfatiza-se em Halbwachs a dinâmica de afirmação ou negação da memória coletiva no contexto social e, em Benjamin, a prática de reencontro com o passado com base na crítica ao conceito de progresso e de uma determinada concepção de história como aquela defendida pela social-democracia e também a busca por um conceito que contemple as memórias coletivas dos grupos subjugados.

Assim, este estudo busca enfatizar as disputas sociais pelas memórias dos eventos que ocorreram na UnB. A dimensão política aparece como arena central para a compreensão do que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Este trabalho tem como foco essa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade de Brasília; Memória Coletiva; Disputas Sociais, Ditadura militar; Maurice Halbwachs; Walter Benjamin.

*“E a razão pela qual não nos
afligimos é a mesma: o 'eu'
eclipsado – momentaneamente no
último caso, quando se trata de
paixões – não está presente para
deplorar o outro, esse outro que,
neste momento mesmo, ou daí por
diante, é todo nós; o grosseiro sorri
de sua grosseria porque é grosseiro,
e o esquecido não se entristece com
a falta de memória precisamente
porque esqueceu.”*

Marcel Proust, (1871-1922)

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o estudo da gestão social da memória, tendo como objeto empírico as memórias referentes ao período de ditadura militar (1964-1985) no Brasil, especialmente em Brasília, e as muitas repercussões na Universidade de Brasília. Para a concretização desta proposta julga-se necessário realizar debates teóricos e metodológicos de alguns autores de relevância para o campo de estudo das memórias coletivas que será feito com Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. Pretende-se refletir como esses autores articulam em suas reflexões a conjuntura dos estudos da memória coletiva e da prática de reencontro com o passado, evidenciando, assim, seus conceitos, argumentos e propostas para essa área de estudos. Na segunda parte, investiga-se o caso empírico das memórias coletivas da Universidade de Brasília em relação à ditadura militar, como elas associam-se, mantêm-se e em que medida permanecem como memórias hegemônicas e não hegemônicas daquele momento. Nesse sentido, pretende-se por meio das narrativas, compreender quais representações coletivas configuram o repertório das memórias coletivas daquele período.

Esclarecida assim a demarcação interna deste trabalho, acompanham os seguintes objetivos a serem percorridos neste trabalho. Selecionamos dentre várias temáticas e autores dedicados ao assunto da memória coletiva os seguintes: 1) O primeiro objetivo é entender como os depoimentos referentes ao período da ditadura militar distanciam-se do discurso oficial dos militares, explicitando assim, a dinâmica social de gestão social das memórias. Para isso apresentaremos a conjuntura de criação da Universidade de Brasília, o golpe militar de 1964 e, por fim, as memórias referentes ao período ditatorial na UnB; 2) compreender as proposições teóricas de Maurice Halbwachs e Walter Benjamin para interpretar os fenômenos relacionados ao lembrar e esquecer social, explicitando-lhes suas lógicas de estudos das memórias coletivas à luz do objeto empírico das memórias da ditadura na Universidade de Brasília; 3) procura-se conectar as reflexões suscitadas pelos dois autores mencionados anteriormente a fim de entender, com base na lógica de estudos das memórias referentes ao contexto de ditadura militar, como o cerceamento destas memórias, os silenciamentos coletivos, a impossibilidade narrativa e o contexto de repressão política podem ser entendidos dentro de uma complexa trama de gestão social das memórias.

No primeiro capítulo deste trabalho, explicitaremos a conjuntura de origem da UnB desde as primeiras ideias do projeto até o início das atividades da Universidade no ano de 1962. Na década de 60 o país encontrava-se em plena ebulição política no contexto de qual a criação da UnB encontra-se situada, em conjunto com a criação de Brasília. Com a ascensão do regime ditatorial, no ano 1964, todo o repúdio dos segmentos militares à proposta de ensino superior preconizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira vão se materializar na forma do Estado de exceção da época. Como explicitaremos mais adiante, a Universidade de Brasília é palco de inúmeras violações de direitos humanos e à autonomia universitária nos anos que seguem ao golpe. As memórias daqueles que sofreram em decorrência dessas violações são apresentadas para se contrapor ao discurso oficioso das camadas militares que viam ações do regime militar como uma “necessidade”.

Dessa forma, tem-se como pergunta de pesquisa: como as memórias coletivas dos militantes políticos no contexto da ditadura militar brasileira (1964-1985), em especial as referentes à ditadura na UnB, contribuem para defrontar a versão oficiosa dos fatos ocorridos na ditadura militar. Assim, procura-se compreender como a contraposição entre a versão oficial dos militares ganha novos contornos ao ser questionada com base na versão dos militantes políticos da época. À luz da bibliografia referente à ditadura militar na Universidade de Brasília pretende-se, na medida do possível, expor argumentos que respondam a esta inquietação.

Esta análise situa-se na perspectiva da Sociologia da Memória. A sociologia da memória é uma sub-área da sociologia, que entra em diálogo com diversas disciplinas das ciências humanas, como por exemplo: Filosofia, História, Psicologia, Antropologia e Sociologia. Sem ultrapassar as restrições entre esses diversos campos científicos este estudo não seria possível. A perspectiva multidisciplinar dessa área oferece uma amplitude e sofisticação para a compreensão das memórias coletivas. Apesar de que, uma compreensão que busca a multidisciplinaridade possa soar como estranha num contexto de extrema especialização, acredita-se que as diversas influências que esta sub-área do conhecimento receba sejam muito mais uma qualidade do que uma desvantagem. Todavia, para não parecermos prolixos em demasia, este trabalho investiga com maior rigor o trabalho de dois autores: Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. Os demais autores usados ao longo do trabalho aparecem no sentido

de dar uma maior sustentação à análise, embora não sejam necessariamente estudados dentro de uma ótica de análise do conjunto de suas obras.

De início, deve-se ressaltar que este trabalho, com base na pergunta proposta anteriormente, busca entender a lógica de fixação e permanência na sociedade das memórias coletivas. Nesse sentido, a importância dos trabalhos de Maurice Halbwachs ao situar o fenômeno da memória no social e não apenas no individual.

Desse modo, não se nega, de maneira alguma, que o objeto de pesquisa “Memória” possa ser estudado por outros pontos de vistas, outras ciências, outras teorias. A exemplo disto, pode-se pensar em parte dos estudos sobre a memória que se fixa numa perspectiva individual do fenômeno, como aqueles desenvolvidos pela psicologia e pela psicanálise.

Vale mencionar, também, que a maioria dos estudos referentes às memórias coletivas estão, de certo modo, ligados à luta por reconhecimento de grupos sociais diante das injustiças praticadas no decorrer da história. É parte integrante dos estudos recentes da sociologia da memória trabalhos que buscam compreender os discursos que foram silenciados no processo de estabelecimento de memórias coletivas, intimamente ligado à busca do “não dito”, “não lembrado”. Assim, procura-se compreender os motivos pelos quais essas narrativas foram (e ainda são) silenciadas dentro dos seus contextos de emergência social. O caso das memórias da ditadura militar na Universidade de Brasília é particularmente rico nesse sentido, pois durante muitos anos as narrativas dos militantes daquele período estiveram subjugadas pela versão oficial dos militares. Essas narrativas que permaneceram durante muitos anos silenciadas ganham um novo fôlego com o estabelecimento da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV).

Essa retirada do protagonismo das memórias dos grupos subjugados pode ser verificada em diversos outros cenários, como nos países da América Latina que experimentaram regimes ditatoriais, as memórias dos povos africanos que foram escravizados no Brasil, as memórias dos povos originários da América, as memórias dos judeus perseguidos pelo antissemitismo, as memórias dos combatentes contra os regimes fascistas europeus, entre outros, apontam para a infinidade de contextos onde a proposta da sociologia da memória põe-se no papel de investigar os fatos relacionados

ao lembrar e esquecer coletivos. Aqui, evidenciamos a importância dos trabalhos de Walter Benjamin, principalmente sua reflexão no sentido de buscarmos compreender a história do ponto de vista dos vencidos.

A memória tem um caráter educativo e é basilar nos contextos de reestabelecimentos democráticos. Assim, as memórias dos militantes políticos foram importantes, principalmente nos casos históricos de perseguição política ocorridos na América Latina durante a segunda metade do século passado, importantes para o reestabelecimento das normalidades democráticas nesses países. Portanto, na lógica do relembrar para não se repetir.

As marcas das ditaduras militares na América Latina, em grande medida, necessitam do exercício de rememoração dos fatos que ocorreram para se evitar que eles um dia possam se repetir. O esforço por relembrar as atrocidades ocorridas durante os regimes ditatoriais, nos últimos anos, ganhou no Brasil um grande aliado que foi a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV), de acordo com a lei 12528/2011, instituída no ano de 2015. A finalidade da Comissão é investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar. A Universidade de Brasília recebeu sua própria Comissão, que foi criada no ano de 2012, com base na resolução da reitoria nº85/2012. A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) tem como objetivo investigar as violações de direitos humanos ocorridas no âmbito da Universidade de Brasília. Parte da reflexão desenvolvida neste trabalho baseia-se no relatório final produzido pela Comissão.

Assim, o objeto de estudo deste trabalho, as memórias sobre a ditadura militar na UnB, tem como subsídio os relatos dados por ex-integrantes da comunidade acadêmica à Comissão de Memória e Verdade além de relatos colhidos no Arquivo Público do Distrito Federal- Arpdf.

A análise deste trabalho está centrada nas memórias referentes à ditadura militar na UnB da década de 60 e 70 do século XX. Nesse sentido, o recorte temporal abarca os primeiros debates sobre a criação da Universidade de Brasília, ainda durante o mandato de Juscelino Kubitschek, passando pelos momentos de turbulência política que vão ter como resultado o golpe de Estado de 1964 e a conturbada década de 1970, durante a qual, na Universidade de Brasília, viu-se os episódios mais agressivos da repressão do

regime militar, como as diversas invasões ao campus universitário. O regime militar se estenderia no Brasil até o ano de 1985.

Esboçaremos, no primeiro capítulo, uma espécie de gênese da Universidade de Brasília, ressaltando a importância de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira nas formulações das primeiras ideias, além dos dirigentes políticos que, à época, compreenderam a importância de uma Universidade na nova capital federal.

Em seguida, apresentamos uma conjuntura um pouco mais larga do contexto político da época, pois a repressão à Universidade de Brasília fez parte de um complexo político social de segmentos da sociedade que repudiavam as mudanças propostas por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira para a educação superior nacional. Com o golpe de 1964 a repressão surge para minar de todas as formas possíveis o projeto da UnB.

A partir da tomada de poder pelos militares, observa-se uma escalada na repressão política no Brasil. A repressão é pauta do governo militar e envolve grande parte da estrutura do Estado da época. Segue-se a isso a imposição de diversos Atos Institucionais e decretos que têm como objetivo o cerceamento de direitos políticos e restrição das liberdades democráticas. A recém-criada Universidade de Brasília passa pelas mais duras dificuldades nesse momento. Partimos desse cenário para a realização desta pesquisa.

Tentaremos no decorrer da monografia demonstrar como o regime militar tentou impor uma determinada narrativa em relação aos fatos ocorridos no ano de 1964 e como as memórias dos indivíduos que sofreram com a repressão política contrapõem-se à visão “oficial” da história. A chave desta pesquisa é compreender como se deu a gestão social da memória coletiva no caso da ditadura militar brasileira, tendo como referencial empírico o caso da Universidade de Brasília.

Outro ponto que também merece atenção é relacionado com as fontes para a realização desta pesquisa. Para a realização desse trabalho, são analisados os recentes relatórios da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) publicado no ano de 2015, a bibliografia produzida pelo ex-professor da Universidade de Brasília, Roberto Salmeron; algumas publicações feitas na Universidade que relatam o período analisado nesse trabalho, como por exemplo a tese de Analu Fernandes defendida no programa de pós-graduação do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação Sobre as Américas

da UnB com o título “*Mal Necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os alunos de graduação da UnB*”; algumas outras publicações acadêmicas que discutem o tema da ditadura na UnB e também o processo de afirmação e negação de memórias do período da ditadura.

Assim, procura-se também uma compreensão mais exata da repressão militar no ambiente universitário como uma totalidade. Principalmente para compreendermos o contexto cultural e político da época e pensar como as marcas da repressão permanecem vivas na memória coletiva da UnB. Para isso analisamos obras que contextualizam o tema da repressão nas universidades, como os trabalhos de Roberto Salmeron¹ e Rodrigo Patto Sá Motta².

Cabe mencionar que uma nova visibilidade às memórias da ditadura brasileira surge com o apoio do governo federal para recolocar esse assunto na pauta política. Não queremos minimizar, porém a influência dos movimentos sociais e associações de vítimas da ditadura como a organização *Tortura Nunca Mais*, que buscaram incessantemente rever o que de fato ocorreu no período ditatorial, e contrapor, com base nas suas experiências e narrativas, aquilo que não entrou na história oficial dos militares.

O desconhecimento de boa parte da população das graves violações de direitos humanos ocorridas no período militar e o não reconhecimento por partes dos segmentos militares e de seus partidários destas violações aparecem como um indício basilar para a investigação que segue. Fica absolutamente claro que houve, no caso brasileiro, a tentativa do grupo dominante naquele contexto de cercear, limitar e silenciar memórias que destoavam da versão oficial da história contadas por eles.

Porém, como bem demonstrado pelo Historiador Jacques Le Goff, não se trata de um fato novo na história humana:

¹ Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998.

² Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Zahar, 2014. Neste livro, Rodrigo Motta discute com propriedade do conceito de modernização autoritária e como esse projeto de modernização influenciou as estruturas acadêmicas durante a ditadura militar.

“Tornaram-se senhores da memória, e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”³

Os mecanismos de manipulação da memória coletiva são fundamentais para compreendermos como um determinado ponto de vista sobre determinada memória prevalece em detrimento de outra. Embora não possamos voltar o foco à repressão na sociedade brasileira no período de 1964-1985, pode-se, por meio da análise documental e discursiva, entender como essa dinâmica social mostrou-se na Universidade de Brasília.

Dentro do escopo da introdução deste trabalho, vale também expor algumas notas referentes aos aspectos teóricos adotados para sua realização. Parte desta reflexão baseia-se na influência de Walter Benjamin (1892-1940) nos estudos da sociologia da memória. Deve-se ressaltar que a influência das proposições benjaminianas impactaram grandemente o desenvolvimento dos trabalhos dentro da linha dessa pesquisa. A obra do autor tornou-se bibliografia obrigatória para o estudo da memória coletiva. Suas concepções teóricas atravessam o campo da sociologia da memória trazendo possibilidades de aplicação empírica das mais diversas.

Benjamin encontra-se, mesmo depois de quase um século após sua morte, como bibliografia essencial para o entendimento dos fenômenos sociais. Sua apropriação nesse trabalho vem no sentido de problematizar a lógica do lembrar e esquecer social. Desnaturalizar o processo de afirmação da história é um ponto fundamental na lógica desse estudo.

O seu texto *Teses sobre o Conceito de História (1940)* de Walter Benjamin, é considerado por alguns autores um dos manifestos mais importantes da década passada. Seu conteúdo até hoje é motivo de amplo debate dentro das ciências humanas.

3 Le Goff, Jacques. “Memória”. In: *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Pp. 368.

Entretanto, um dos pontos que nos interessa mais é a concepção “*Estudar a história a contrapelo*” que pode ser lida tanto na chave de não conformação com a conjuntura cultural daquele momento quanto, também, como um projeto metodológico para compreender os fenômenos sociais. Ambas interpretações parecem-nos interessantes; embora, se possa argumentar que não há possibilidade de compreendê-las de maneira dissociada, este trabalho guia-se principalmente pelo eixo metodológico desta proposição. Este ponto será mais bem explicitado no capítulo reservado a discussão teórica.

Dessa maneira, buscar-se-á entender em que medida o método proposto por Benjamin para o estudo da cultura é compatível com a lógica interna do campo da sociologia da memória. Assim, além de uma pesquisa tendo como base os textos escritos pelo autor, também faremos uma discussão teórica com outro autor já mencionado anteriormente, que é Maurice Halbwachs, que também apresenta uma reflexão sobre a memória coletiva.

Portanto, este trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, apresentamos o cenário de criação da Universidade de Brasília, a conjuntura política do Brasil no período e as memórias da ditadura militar na Universidade de Brasília. No segundo são apresentados os argumentos teóricos relacionados ao tema da memória coletiva. Explícito como os autores Maurice Halbwachs e Walter Benjamin contribuem para o debate da memória coletiva à luz do tema da memória da ditadura militar na UnB, apresentando seus argumentos referentes à construção de um modo de operação das memórias coletivas.

A discussão final deste trabalho concentra-se em evidenciar de que maneira articulam-se as construções teóricas e os objetos empíricos dentro do campo de estudo da sociologia da memória. À luz da experiência na realização deste trabalho, são explicitados tanto os limites, as dificuldades deste tipo de pesquisa, como também as possibilidades de avanços na área.

CAPÍTULO I – A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL NA DÉCADA DE 60

A fundação da Universidade de Brasília ocorre dois anos após a inauguração de Brasília. Em 1962 a UnB começa a dar seus primeiros passos, primeiramente funcionando de forma improvisada, utilizando-se de salas desocupadas de ministérios em que eram lecionadas aulas de alguns poucos cursos existentes naquela época. Embora com o passar dos anos a Universidade tenha conseguido certo desenvolvimento, não pode deixar de enfatizar que o florescimento das atividades acadêmicas foi fortemente afetado pelas interferências à autonomia acadêmica perpetrada pelo golpe militar de 1964.

Apenas dois anos após sua inauguração, a Universidade de Brasília encontra-se em um cenário de extrema instabilidade política e com incertezas em relação a sua própria existência. Logo de início o campus universitário tornou-se alvo de intervenções comandadas pelo governo militar que atingem as mais variadas áreas da Universidade. Essas intervenções vão desde a interferência direta nos conteúdos ministrados em sala de aula, em que podemos mencionar, a título de exemplo, o repúdio à exposição da teoria marxista nos cursos de graduação; até mesmo a realização de torturas, prisões arbitrárias e, no ápice da barbárie, o desaparecimento de três estudantes que nem mesmo hoje, após a realização dos trabalhos da Comissão de Verdade e Memória do Ministério da Justiça, tiveram o paradeiro dos seus corpos revelados.

Entretanto, vale indicar que a criação da Universidade de Brasília no ano de 1962, ou seja, dois anos antes do golpe de 1964, não foi isenta de conflitos. Sua gênese dependeu de uma série de arranjos políticos para que as ideias, fruto do entusiasmo de alguns intelectuais da época, ressaltando a importância de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, pudessem sair do papel. Assim, dentro do contexto das formulações das primeiras ideias para a construção de uma Universidade na nova capital do país verificam-se objeções, mas, por outro lado, uma grande necessidade para que Brasília pudesse contar dentro do seu projeto inicial com uma Universidade.

Brasília tem em sua história três nomes relevantes para a compreensão de sua criação: Juscelino Kubistchek, Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Nos planos de Lúcio

Costa, Brasília, como uma cidade modernista, deveria para além de uma sede de governo deveria ser, também, um centro de cultura, e assim “foi levado naturalmente a pensar que uma Universidade, aberta a espíritos criadores, seria elemento estimulante dessa ambição, impedindo a estagnação intelectual.”⁴

O projeto de Lúcio Costa que saiu vencedor do Concurso Brasília, não foi desenvolvido totalmente na prática.⁵ Portanto, mesmo com a previsão da construção de um Campus Universitário em Brasília, as objeções em relação a esse ponto não deixaram de existir. Essas oposições tomam voz principalmente na figura do Presidente da Novacap⁶, Israel Pinheiro.

As objeções relacionadas à construção da Universidade de Brasília têm como grande argumento o temor de uma parcela da classe política daquele momento da proximidade de estudantes da nova sede de governo, ou seja, temia-se que uma universidade na vizinhança do centro do poder político do país poderia facilitar manifestações políticas na nova capital federal. Porém, Israel Pinheiro não colocava suas ressalvas à construção da Universidade de Brasília nesses termos, o presidente da Novacap argumentava, segundo Salmeron:

“[...] Disseram-me que Israel Pinheiro alegava não compreender como se poderia fazer uma Universidade num deserto, mas que o verdadeiro motivo não era esse, nem qualquer princípio, era simplesmente que ele temia a presença de estudantes nas proximidades do governo e do Congresso.”⁷

⁴ Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp. 38.

⁵ Conforme mencionado no texto de apresentação do Projeto do Plano Piloto de Brasília, nas seguintes palavras: “Cabe destacar que a proposta de Lucio Costa não foi desenvolvida, no plano executado, exatamente como prevista no início. E é, por essa razão, descrita a seguir ainda na sua condição de projeto não realizado, reservando-se a distinção das diferenças existentes entre as soluções originárias e a Brasília construída para uma parte subsequente deste trabalho.” PP.155.

⁶ Sigla para: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

⁷ Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp. 41.

O temor de Israel Pinheiro viria a se confirmar. Os estudantes da Universidade de Brasília demonstraram serem sujeitos ativos nos debates políticos na capital federal. O protagonismo do movimento estudantil em relação crítica ao governo ficaria nítido nos anos seguintes. Mesmo com a ascensão do Estado de exceção militar, a postura crítica perante a situação política brasileira não se dissipou na pauta política dos estudantes. Pelo contrário, como veremos mais à frente ao analisarmos as memórias daquele período, a crítica aos descaminhos da política brasileira à época vão se conformar como o combustível de todo movimento estudantil daquele contexto, e como consequência trágica, desencadeia uma repressão desproporcional ao corpo dos membros da Universidade de Brasília.

Voltando ao cenário que perpassa a criação da Universidade de Brasília. Afora as objeções à construção da UnB, o projeto teve, obviamente, a defesa de algumas figuras, como Cyro dos Anjos, Oscar Niemeyer e, principalmente, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Juscelino Kubitschek, presidente da República naquela ocasião, tinha uma conjuntura política bastante complicada. As objeções em relação à construção de Brasília com o argumento que se gastava demais na construção da nova capital e juntamente com contraposição da União Democrática Nacional- UDN, apresentavam-se como entraves para a construção da Universidade de Brasília, pois, para a sua construção era necessário o direcionamento de mais verbas que, naquele cenário, apareciam inviáveis. Com receio de um maior desgaste político, JK não pretendia realizar grandes esforços para cumprir a construção de uma Universidade em Brasília.

Naquele momento, dava-se prioridade para as obras necessárias para a inauguração da cidade que seria feita no ano de 1960. Contudo, dois fatores devem ser levados em conta para a mudança de postura do presidente em relação à construção da Universidade de Brasília. O primeiro diz respeito ao fato de que futuramente ia-se construir de qualquer forma uma universidade em Brasília. Especulava-se, então, que a Igreja Católica não deixaria de criar uma Universidade na capital do país, e que portanto, a “economia” realizada com a não construção da Universidade em Brasília, futuramente, se mostraria como medida inócua visto que a igreja católica construiria sua

universidade em parte com o dinheiro público. E o segundo ponto diz respeito ao legado que JK gostaria de deixar na nova cidade.⁸

Para exemplificar a preocupação de JK em relação ao seu legado, ou seja, aquilo que ele seria lembrado, Roberto Salmeron apresenta uma conversa entre JK e Victor Nunes Leal, então, Chefe de Gabinete da Presidência da República. A conversa girou em torno do legado de Thomas Jefferson, um dos autores da declaração de independência dos Estados Unidos, que Nunes Leal tentando sensibilizar o presidente ao mencionar que Thomas Jefferson, pediu que gravassem em seu túmulo que redigiu a Declaração de Independência dos Estados Unidos e fundou a Universidade da Virgínia.

De acordo com as memórias de Salmeron, naquela ocasião o presidente da República, encontrou-se extremamente emocionado com a situação e:

“perguntou-lhe se julgava possível o ministro da Educação preparar um decreto, propondo a criação de uma Universidade, a tempo de ser enviado ao congresso Nacional no dia da sua instalação na nova capital.”⁹

Assim, o presidente foi convencido da importância e da necessidade de criação de uma universidade na nova capital federal, e buscou dar concretude a essa ideia com a escolha de alguns intelectuais para apresentarem o projeto da Universidade de Brasília. Destacam-se nas biografias e produções historiográficas sobre a Universidade de Brasília a importância de dois: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Em *UnB: Invenção e Descaminho*, Darcy Ribeiro apresenta os motivos da sua escolha para a formulação do projeto da Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro naquele momento já possuía experiência na realização de reformas universitárias na América Latina. Outro motivo para a escolha de Darcy Ribeiro foi a capacidade de

⁸ Salmeron, Roberto A. A *universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp.45-50.

⁹ Salmeron, Roberto A. A *universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp.49.

reunir em torno dele “o melhor que inteligência brasileira possuía e podia produzir livremente na passagem no fim dos anos 50 e início dos anos 60”.¹⁰

O outro grande responsável para a concretização da Universidade de Brasília foi Anísio Teixeira. Naquele momento, Anísio Teixeira usufruía de enorme prestígio no ambiente acadêmico brasileiro. Suas ideias inovadoras sobre a educação têm ressonância até os dias de hoje, por exemplo a ideia de ensino em tempo integral em escolas públicas com refeições e assistência social. Porém, a aplicação de suas ideias foi motivo de crítica, principalmente dos segmentos mais conservadores da sociedade. Em relação a suas preocupações com o aperfeiçoamento do ensino superior no Brasil, Anísio Teixeira em 1951 foi figura fundamental para a criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da qual foi presidente do ano de 1952 a 1964, retirado de suas funções nesse ano por conta do golpe militar que ocorrerá no mesmo ano.¹¹

O esforço pessoal tanto de Darcy Ribeiro como de Anísio Teixeira foi fundamental para a formulação do projeto da Universidade de Brasília. Suas ideias, naquele contexto, encontravam-se no centro do que havia de mais progressista no que tange aos assuntos relacionados à educação brasileira.

Podemos observar essa vontade de mudança nas próprias ações dos dois educadores. Essa vontade, aliada a preocupações referentes ao papel da educação na modificação da realidade brasileira, serviu de combustível para as projeções de uma universidade inovadora que romperia com o formato antiquado das poucas universidades brasileiras daquele momento.

Como não é objetivo desse trabalho discutir as minúcias do projeto da Universidade de Brasília e as consequentes inovações desse projeto em relação ao sistema universitário brasileiro, não entraremos nos meandros das formulações do projeto. Entretanto, para debatermos as memórias da ditadura militar na Universidade

10 Gomes, Candido Alberto. Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores) Pp. 97–98.

11 Ver em História e Missão, In: <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

de Brasília não podemos nos distanciar do fato de que grande parte da oposição que a Universidade de Brasília vai passar durante os períodos da ditadura tem ampla relação com a proposta inovadora que a UnB se inseriu naquele contexto.

Por exemplo, no relatório da Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade (CATMV) podemos ver que, logo após o golpe militar em 1964, o projeto da Universidade de Brasília é atacado como um “delírio” e caracterizado como o lugar de uma “aparente ideologia de esquerda”. Em resumo podemos ler no relatório:

“Em síntese, de acordo com a informação secreta do MEC, em seus primeiros anos, a UnB seria a encarnação de projetos delirantes de euforia de “esquerdistas”, de anseios de renovação nacional, sob a liderança de Darcy Ribeiro, tratado como jovem impulsivo e carismático.”¹²

As impressões dos segmentos militares, antes mesmo da consagração do golpe militar de 1964, consolidam-se após a tomada do Estado e passam a subsidiar a repressão política sobre a Universidade de Brasília. Nesse sentido, observa-se o repúdio contra a figura de Darcy Ribeiro, logo, do seu projeto de Universidade.

O que antes do ano de 1964 constituía-se como resultado da “radicalização total entre os partidários da nova universidade” e os “que se opunham a ela, em defesa da quadradice catedrática de pequenas glórias acadêmicas e antigas posições hegemônicas no controle do ensino superior”¹³ e aqueles que defendiam o projeto, com a realização do golpe militar tal conflito consolida-se como um dos motivos para a perseguição política aos membros da comunidade acadêmica da Universidade de Brasília.

Mesmo nesse cenário de oposição e apoio ao projeto de Universidade, a proposta para a construção da UnB caminhou rumo à aprovação no Congresso Nacional no ano de 1961. Mas, para que fosse aprovado, o projeto da Universidade de Brasília contou

12 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp. 64.

13 Gomes, Candido Alberto. Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores) Pp. 107.

com a disposição de Darcy Ribeiro, juntamente com Cyro dos Anjos e Alcides da Rocha Miranda, para a persuasão dos deputados visando que aprovassem a proposta.

Ainda no ano de 1961 o projeto da Universidade de Brasília consegue aprovações nas comissões da Câmara responsáveis pelo assunto. Todavia, no mesmo ano, Jânio Quadros mantém a comissão para elaboração do projeto da UnB anteriormente escolhida por JK. Entretanto, para marcar mais um infortúnio naquele contexto, Jânio Quadros renuncia à Presidência da República.

Com a renúncia de Jânio Quadros observamos a instauração de um estado de instabilidade política. Como veremos mais adiante, a própria organização do golpe militar ganha força com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart.

Com a saída de mais um presidente, o projeto da Universidade de Brasília passa a correr novamente o risco de cair no esquecimento por conta da mudança de gestão, porém, como o projeto encontrava-se em fases de conclusão e as negociações com os deputados já estavam muito adiantadas, acabou sendo aprovado no dia 15 de dezembro de 1961.

Dessa forma, a Universidade de Brasília enfim sai do papel. Passando por três presidentes da república e por uma série de intelectuais que desde o começo engajaram-se e, mais ainda, acreditaram na necessidade de um novo formato de Universidade Brasileira. Retomando o livro de Darcy Ribeiro *UnB: Invenção e Descaminho*, que ressalta o percurso até a promulgação do projeto de lei da Universidade de Brasília:

“A começar pelos três presidentes da República dos anos de seu nascimento. Juscelino Kubitschek mandou elaborar o projeto e o encaminhou ao Congresso Nacional como mensagem presidencial. Jânio Quadros confirmou por decreto a comissão encarregada de projetar a universidade. João Goulart promulgou a lei de criação da UnB, nomeou seu primeiro reitor e deu apoio total à sua implantação.”¹⁴

14 Gomes, Candido Alberto. Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores) Pp. 101.

Darcy Ribeiro também faz alusão à grande importância de Anísio Teixeira para a realização do projeto da Universidade de Brasília. Os dois passaram, então, a ser os primeiros reitores da UnB. O primeiro reitor da Universidade de Brasília foi Darcy Ribeiro, assumindo cargo após negativa de Anísio Teixeira que, pela impossibilidade de ser residente em Brasília, aceita o cargo como vice-reitor.

Com a promulgação da Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961, que autoriza o poder executivo criar a Fundação Universidade de Brasília têm início as preparações para o funcionamento das atividades no novo campus universitário na recém-criada capital federal.

Com muitas dificuldades em virtude de atrasos nas obras e contando, ainda, com uma estrutura muito longe da ideal, a Universidade de Brasília é inaugurada no dia 21 de abril de 1962 contando com uma inauguração solene no auditório Dois Candangos.¹⁵

Como antes mencionado, de início a universidade conta com uma série de dificuldades para a manutenção das atividades básicas de uma Universidade. Os professores ganhavam uma remuneração baixa para os padrões da época, por conta dos problemas relacionados ao espaço físico os alunos eram agrupados em blocos e foram negociadas com o Ministério da Educação salas nas quais eram ministradas aulas.¹⁶

O começo conturbado da Universidade de Brasília não apareceu como um fator que causasse o desânimo no corpo universitário daquela época. Como aponta Salmeron em seu livro, nota-se, relatou um grande clima de entusiasmo e esperança por parte do corpo docente que compôs a universidade naquele contexto. Ou seja, apesar das dificuldades acreditava-se no projeto da Universidade de Brasília.

Mesmo com as dificuldades que a Universidade passou nos dois primeiros anos após sua criação, os maiores problemas procederiam da instabilidade política que o país se encontrava naquele contexto.

15 O auditório Dois Candangos ganhou esse nome após dois operários morrerem durante a realização de sua construção.

16 Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp. 103-106.

Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart o clima político no Brasil ganha contorno crítico, principalmente após a conformação do golpe militar no dia primeiro de abril de 1964. Nessa conjuntura histórica a Universidade de Brasília passa a contar não somente com problemas estruturais, mas também com uma perseguição intensa e cruel por parte dos dirigentes militares que chegaram ao poder via golpe de Estado, no ano de 1964.

A seguir, apresentamos a conjuntura que desencadeou o golpe militar de 1964 apontando as chaves interpretativas que este trabalho incorporará doravante, que são as memórias do período militar na Universidade de Brasília.

1.1 A CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL APÓS A POSSE DE JOÃO GOULART

Com a saída de Jânio Quadros a Presidência da República é assumida por João Goulart. Sua deposição viria acontecer no dia primeiro de abril de 1964, após a tomada do poder pelos militares. Ao assumirem o poder, os militares investiram em uma série de arranjos jurídicos-constitucionais para darem sustentação às suas ações. Antes de mencionar quais seriam esses arranjos, apresentamos o contexto do golpe militar de 1964.

Os arranjos constitucionais realizados no período da ditadura são definidos aqui como a proposição de regras jurídicas via Decreto ou Ato Institucional, que visam basilar as ações repressivas do regime militar no Brasil. Podemos citar como exemplo os diversos Atos Institucionais e o Decretos-Lei que revelavam o caráter não-democrático do regime militar.

Desta forma, vale, sobretudo, mencionar que o contexto de deposição do presidente legítimo, João Goulart, era também um momento de agitação política internacional. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), com a vitória Aliada, a polarização do globo passou a ser orientada por duas frentes: de um lado os Estados Unidos e de outro a União Soviética.

Este contexto global é de grande importância para o entendimento do sentido, aludido pelos militares, da necessidade da deposição de João Goulart. Como

mencionamos antes, determinados segmentos da sociedade já se opunham de maneira conservadora aos projetos relacionadas às mudanças no ensino propostos por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. Todavia, essas objeções a possíveis mudanças na sociedade brasileira não se encontravam somente relacionados ao tema da educação. Podemos observar que a entrada de João Goulart e suas promessas como as “reformas de base” gerou um grande temor de uma “guinada” comunista no Brasil. Este temor tomou conta de algumas camadas da sociedade Brasileira, principalmente os militares.

No contexto de guerra fria, o medo do alinhamento do Brasil com o bloco da URSS e com o conseqüente temor ao comunismo fez com que parte da ala dos militares planejasse a deposição do presidente João Goulart.¹⁷ Os militares temiam, principalmente, que naquele contexto, João Goulart colocasse em prática as bandeiras que ele levantava ao assumir a presidência, conforme apresentado por Analu Fernandes

“Em meados de 1963, Jango passou a defender entusiasticamente um conjunto de medidas que incluía reforma agrária, educação, impostos e habitação, as chamadas reformas de base”¹⁸

Dessa forma, o cenário político daquele momento tendia à instabilidade. O receio que o país adotasse uma postura mais à esquerda do espectro ideológico, juntamente com o descontentamento de parte dos militares, insatisfeitos com a figura de João Goulart como presidente, resultando na tomada do poder pelos militares no dia primeiro de abril de 1964.

Com o estabelecimento do golpe de 1964 o Estado de exceção instaura-se no país. Em sintonia com o objeto de estudo deste trabalho, que são as memórias da ditadura militar na Universidade de Brasília, podemos indicar que o golpe militar acontece dois anos após a inauguração da Universidade. Como veremos adiante, a UnB

17 Ver em **Os militares e o governo João Goulart**. In: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Último acesso em 08 de outubro de 2016.

18 FERNANDES, Analu. Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB – Brasília, 2013. Pp.24.

é uma das Universidades que mais é afetada pelo regime militar de 1964, com interferência direta por parte dos militares nas atividades acadêmicas, além das inúmeras violações de direitos humanos que são lembradas por meio das memórias daqueles que a sofreram durante os anos de ditadura na UnB.

Vale, ainda destacar algumas outras informações sobre o golpe de 1964 que serão de grande importância para a compreensão das memórias do período ditatorial. Nove dias após a consumação do golpe, o governo militar formula o Ato Institucional Nº 1. Nas disposições contidas neste documento podemos observar o estabelecimento de “superpoderes” para o governo militar. Observamos também, que algumas destas medidas na leitura do Jurista italiano Salvatore Senese no livro *Brasil, violação dos direitos humanos- Tribunal Russell II*, alicerçam as práticas do regime militar. Nos casos das Universidades não foi diferente como veremos em seguida. O AI-1 conferia ao presidente naquele período

“A esse (o presidente) era dado o poder de decretar o estado de sítio de até 30 dias e a competência exclusiva de apresentar projetos de leis sobre a despesa pública.(...) atribuía-se ao Presidente da República a faculdade de apresentar propostas de emenda constitucional, cuja aprovação dependia de maioria absoluta do Parlamento em duas votações sucessivas.”¹⁹

Além disso, Senese ressalta também que o primeiro Ato (que somente depois será chamado de Ato número 1 por conta da sequência de outros atos que vão suceder o primeiro) dar o poder de suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão ao Presidente da República.

Humberto de Alencar Castelo Branco é escolhido como o primeiro presidente militar, “eleito” no parlamento no dia 11 de abril de 1964. Aqui, vale menção que a

19 Senese, Salvatore. “Aspectos jurídicos da ditadura militar instaurada no Brasil em 31 de março de 1964.” Em: *Brasil, Violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russell II / Guiseppe Tosi, Lúcia Guerra Ferreira, organizadores.* - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Pp. 74.

primeira mensagem à nação contida no preâmbulo do AI-1 configura-se como a tese da história oficial dos militares para a nação. Mesmo hoje, podemos observar que a forma como os militares tentaram impor sua “verdade” histórica naquele período iniciou-se ali ao tentarem retirar qualquer tipo de discordância dos fatos que terminaram (ou iniciaram) com a tomada do poder em 1964.

Neste primeiro documento à nação, os militares rechaçam a ideia de que havia acontecido um golpe de Estado no Brasil. Para eles aquilo representava uma revolução. Dessa forma, os militares pretendiam controlar as narrativas sobre os fatos. O termo “golpe de Estado” diminuiria, na visão deles, os feitos que os levaram ao poder. Seguindo essa lógica, a história daquele período deveria ser contada como uma revolução levada à frente pelos defensores da sociedade brasileira, os militares.

Le Goff comenta que o controle da história é um tipo de poder buscado pelas classes dominantes de cada período. Assim, visa-se inserir a sua visão de história para o restante da sociedade, mesmo que para isso haja a necessidade de silenciar e manipular a memória coletiva.²⁰

No caso da ditadura militar brasileira observamos uma polarização entre memórias daquele período. De um lado as memórias dos militares sobre “a revolução de 1964” e, de outro, as memórias dos militantes políticos do “golpe de Estado de 1964”. As duas memórias sobre os mesmos fatos ocorridos apontam uma determinada inclinação política perante os fatos e acontecimentos que se defendiam naquele período.

Este diferente posicionamento perante os fatos históricos tem como consequência diferentes memórias sobre os mesmos fatos. Como é de interesse desta pesquisa, apontarei alguns elementos que, como veremos em seguida, fazem parte de um tipo de memória diferenciada dos fatos ocorridos na ditadura militar.

Do ponto de vista das vítimas do regime militar na UnB as memórias sobre o período indicam uma inclinação totalmente contrária da imposta pelos militares no período. De modo geral, os depoimentos coletados pelas Comissões de Memória apontam para o questionamento das memórias oficiais pelo depoimento das vítimas.

²⁰ Le Goff, Jacques. “Memória”. In: História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

Voltando à tese dos militares, se nos atentarmos às primeiras linhas do preâmbulo do AI-1 assinado por Arthur da Costa e Silva, Francisco de Assis Correia de Melo e Augusto Hamann Rademaker Grunewald, verificaremos o tom que orienta as ações do regime militar durante o período de 1964 a 1985.

Lemos já de início: “ A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da nação.”²¹ Dessa forma, um dos primeiros documentos já busca afirmar seu ponto de vista histórico rechaçando a ideia de golpe, pois do ponto de vista dos militares a tomada do poder estava imbuída de uma “vontade da nação”. Essa característica, segundo o documento, eximiria totalmente a interpretação da ocorrência de um golpe de Estado, pois segundo os autores, um golpe caracteriza-se pelo contrário, ou seja “não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e vontade da Nação.”²²

Outro elemento que vale ser destacado ainda no Ato Nº 1 é baseado nas falas do primeiro presidente militar, Castelo Branco, o posicionamento claro que o país tomaria a partir de então em relação à polarização do mundo naquele contexto. Salvatore Serene mostra que uma das primeiras falas de Castelo Branco já deixa claro os motivos e ações que o governo militar efetuará

“ (...) Castelo Branco, eleito pelo parlamento em 11 de abril de 1964 em base no Ato Institucional Nº1, em sua primeira mensagem à nação, em que prometeu uma limpeza das infiltrações comunistas no Exército e na administração, nos sindicatos e em todos outros setores, um impulso ao desenvolvimento econômico e ao progresso moral, cultural,

21 Ver em Ato Institucional Nº 01, de 09 de abril de 1964. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm . Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

22 Ver em Ato Institucional Nº 01, de 09 de abril de 1964. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm . Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

material e político, além de eleições presidenciais livres e democráticas para o ano de 1966.”²³

É nesse contexto que se insere a história da Universidade de Brasília. As memórias do período militar encontram-se com as da UnB. Após o golpe de Estado a arbitrariedade toma conta da esfera pública. As ações não-democráticas foram a regra do regime militar. Não deixaria de ser diferente na UnB. Como veremos adiante durante os anos que seguiram a tomada de Estado a Universidade será atacada em todos os aspectos. Os militares buscarão arruinar desde o projeto para um novo modelo de ensino superior que a UnB representava naquele momento, até as próprias pessoas que faziam parte da Universidade e não concordam com a ditadura militar.

Veremos como a vivência daquela geração contrapõe-se à visão oficial e hegemônica dos militares perante os fatos ocorridos.

A polaridade das memórias do período militar é uma simplificação da história de difícil escape. A memória coletiva partidária do ponto de vista militar ou empática aos militantes políticos ou às vítimas da ditadura militar alicerça as memórias coletivas sobre aquele período.

Dessa maneira, o caso das memórias coletivas sobre o período da ditadura na Universidade de Brasília não se distanciam dessa dinâmica. Todavia, busca-se na seção seguinte apresentar, como contraponto às memórias dos militares, as memórias militantes e membros da comunidade acadêmica que foram afetados pela ditadura militar.

Para a realização deste objetivo, estamos subsidiados pelos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre as violações de direitos humanos na Universidade, o relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) além de relatos obtidos no Arquivo Público do Distrito Federal. Também, buscamos dialogar com trabalhos recentes que procuram discutir o tema das memórias da ditadura na Universidade de Brasília.

23 Brasil, Violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russell II / Guiseppe Tosi, Lúcia Guerra Ferreira, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. Pp76.

CAPÍTULO II - AS MEMÓRIAS DA DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Com o estabelecimento da ditadura militar, no ano de 1964, a Universidade de Brasília passa a ser alvo de uma intensa onda de repressão política. Os militares que tomam o poder, naquele momento, buscaram a todo custo destruir o projeto de universidade que a UnB representava naquele momento. Para a realização deste objetivo usaram dos mais diversos artifícios que, de modo geral, violavam a qualquer direito democrático.

A promessa de que a experiência da UnB mudaria os rumos da educação superior no Brasil foram limitadas pela repressão política do Brasil que, com o passar dos anos, tornou-se parte institucionalizada na burocracia do Estado contando com um enorme aparato técnico e informacional para fins repressivos.

A título de exemplo podemos citar a criação de uma parte da administração pública responsável por fazer o “levantamento de dados biográficos” em que eram avaliados os posicionamentos políticos de aspirantes a vagas em universidades públicas e a professores que desejavam assumir uma vaga na docência universitária pública.

“Ainda, as instruções estabeleciam que o LDB deveria abranger, entre outros, os seguintes aspectos da vida do candidato: 1) posição ideológica; 2) atitude com relação à “Revolução de 31 de Março de 1964”; 3) Atividades subversivas. (...)No primeiro campo, intitulado “Posição ideológica”, o agente deveria assinalar quadrinhos, à direita dos quais estão escritas as classificações: 1) democrata; 2) comunista; 3) esquerdista; 4) sem posição definida; 5) não há registros; 6) os registros não permitem opinião conclusiva.”²⁴

As ações no âmbito da Universidade de Brasília foram das mais diversas. Os militares utilizaram-se da estrutura do Estado para perseguir alunos e professores,

²⁴ Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade. Pp.288.

reprimir qualquer manifestação de pensamento contrária ao regime militar, espionagem dentro das salas de aulas, cerceamento das liberdades individuais de maneira arbitrária, sequestros, torturas e mortes.

Alguns acontecimentos permeiam as memórias da repressão sobre esse período. Um dos fatos mais marcantes nas memórias coletivas dos militantes daquele período são as invasões ao campus universitário que aconteceram de maneira bastante frequente nos primeiros anos após o golpe militar de 1964 e mantiveram-se nos anos 70.

As invasões militares ao campus universitário, de modo geral, eram seguidas por prisões, espancamentos e torturas. No relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade - CATMV o tema da invasão ao campus surge com bastante frequência. O documento em questão baseia-se no depoimento de membros da comunidade acadêmica que vivenciaram o clima de repressão política nos tempos da ditadura.

A desproporção das ações militares do campus são um dos fatos mais aventados pelos depoentes. Na leitura do relatório podemos observar a montagem de verdadeiros cenários de guerra para a realização dessas invasões. Como se os militares esperassem alguma espécie de mobilização armada dentro do campus universitário.

Porém, no campus da Universidade de Brasília não havia nenhum foco de resistência armada. Nesse sentido, há dúvidas que os militares se “enganavam” ao pressuporem a existência de grupos armados na UnB, pois o sistema de vigilância e espionagem da ditadura tinha amplas capacidades de obter informações acerca do que acontecia dentro da universidade. Como aparece no relato obtido no Arquivo Público do Distrito Federal da então estudante de medicina da UnB Ivonette Santiago de Almeida

“(...)então você, era comum você conviver na universidade (...) com as pessoas que entravam como alunos, colocados lá dentro, pelos órgãos de repressão. E nos tínhamos pessoas que nunca tinham feito vestibular, mas eram alunos. Como que eles entravam, nos não sabemos, provavelmente via a estrutura da reitoria(...)”²⁵

²⁵ ALMEIDA, Ivonette Santiago de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992. 30. Pp.11.

O relato citado anteriormente evidencia primeiro que informações sobre o ambiente acadêmico não eram difíceis de serem obtidas pelos agentes do regime militar. E em segundo lugar já evidencia o ataque à autonomia acadêmica. Como mostraremos em seguida, a figura dos reitores confunde-se com a do “interventor”.

Assim, a truculência das ações do Estado ditatorial nas invasões da Universidade de Brasília não eram baseadas em informações insuficientes. Os dirigentes militares tinham plena consciência que a resistência na Universidade de Brasília em nada chegava perto do poder de fogo das baionetas dos soldados. O objetivo era aterrorizar o ambiente acadêmico, provocar o medo na população é prática comum de cenário com a presença de terrorismo de Estado.

Em depoimento cedido ao Arquivo Público do Distrito Federal, Maria Rosa Leite Monteiro, mãe de Honestino Guimarães, relata umas das invasões militares no campus da Universidade de Brasília. Nesta ocasião, Maria Rosa relata a ocupação do campus por tropas militares que tinham como objetivo a captura de seu filho. Mesmo não havendo força proporcional contrária às ações do Estado dentro da UnB, os militares utilizam-se de um repertório de guerra na ação, conforme diz Maria Rosa

“Quando eu chego na Asa Norte, lá da rodoviária pra frente, era uma, um campo de batalha. Todas as pistas com alas de, de soldado, metralhadora, diabo a quatro, e aquilo tudo era pra prender Honestino. E o negócio ali foi tão violento...”²⁶

Durante a década de 60 o campus universitário foi invadido durante três ocasiões: em abril de 1964, outubro de 1965 e agosto de 1968. Essas invasões aconteceram tanto a mando dos reitores indicados pelo governo militar como também por uma possível “necessidade” apontada pelos dirigentes militares. Todas foram caracterizadas por extrema violência.

26 MONTEIRO, Maria Rosa Leite. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1993. 17 p. 12.

Alguns dias após o golpe militar, a UnB foi invadida pela primeira vez no mesmo dia do Ato Institucional Nº1, que, como mostramos na seção anterior, prenuncia as teses que viriam revelar o sentido ideológico do regime, além de também demonstrar quais seriam agora os “inimigos” da nação.

Na invasão do ano de 1964 os militares entraram no campus em busca de 13 professores. Eles seriam presos e interrogados. Além da busca pelos professores os militares buscavam “armas e material para propaganda subversiva”²⁷. Na ocasião foram depostos de seus cargos o reitor e o vice-reitor. Na época o reitor da Universidade era Anísio Teixeira e o vice-reitor era Almir de Castro.

Entretanto, podemos observar que a celeridade em iniciar a repressão na Universidade de Brasília tem relação com outros motivos que não se encontram apresentados em uma primeira leitura dos acontecimentos ocorridos na UnB. Como bem ressalta Roberto Salmeron no capítulo reservado *As primeiras Violências*, a UnB já tinha se tornado alvo da repressão por conta dos nomes que estavam por trás de sua criação.

“As razões eram de origem política: porque a lei que criou foi proposta por Juscelino Kubitschek – o presidente que passou a ser tratado como inimigo pelo novo poder – e sancionada por João Goulart – o presidente deposto pelo golpe de Estado - , e porque Darcy Ribeiro – cujos esforços para que a UnB existisse eram bem conhecidos, tendo sido seu primeiro reitor – tornou-se aliado de Goulart. Numa atitude primária, combater a Universidade de Brasília era combater as ideias dos governos anteriores por meio de Darcy Ribeiro.”²⁸

Dessa forma, a repressão à Universidade de Brasília não tardou a acontecer por conta do repúdio dos segmentos militares aos personagens envolvidos em sua

²⁷ Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade. Pp.270.

²⁸ Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp.178.

constituição. O projeto da Universidade de Brasília foi recebido com enorme reserva, principalmente pelas camadas mais conservadoras da sociedade.

O tom de desgosto diante do projeto de educação que a UnB representava, naquele contexto, passou a ser naquele momento umas das bases para as repressões que então seriam praticadas. Após a retirada de Anísio Teixeira da reitoria da Universidade, assume em seu lugar Zeferino Vaz. O novo reitor da Universidade apresenta uma postura ambígua sobre os assuntos relacionados a da Universidade. Os relatórios produzidos recentemente indicam que as influências externas (dos militares) durante sua permanência na reitoria da instituição eram frequentes. A imprecisão na própria maneira de lidar com os problemas que a Universidade passava a indicar isso. O reitor entra com o discurso de “vim para a Universidade de Brasília, colocado aqui pela revolução de 31 de março de 1964 como interventor ou reitor”²⁹, e é retirado da reitoria por conta da falta de pulso firme nas suas ações.

Vejamos melhor essa questão, pois ela caracteriza bem o problema da interferência na autonomia universitária durante o período militar. De início, Zeferino Vaz coloca-se a favor da Universidade, ressalta a importância do projeto desenvolvido por Darcy Ribeiro e coloca-se à disposição da comunidade acadêmica para ajudar a mantê-la e melhorá-la.

“O sr. Zeferino Vaz assumiu a interventoria da Universidade de Brasília uma semana antes da liberação dos professores presos. Nesse período, deu várias declarações à imprensa e fez vários pronunciamentos dentro da Universidade a professores e alunos. Esses pronunciamentos e declarações giraram em torno dos seguintes pontos: 1) que pretendia continuar a obra do professor Darcy Ribeiro; 2) que conhecia e admirava o plano da UnB, tendo dele participado, e tendo sido mesmo convidado a dirigir a futura Escola de Medicina da Universidade; 3) que, embora não admitisse doutrinação por parte dos professores, compreendia que numa Universidade houvesse exposição e debates ideológicos e

29 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.60.

que, portanto, não faria qualquer expurgo ideológico na Universidade de Brasília(...)³⁰

A fala do interventor Zeferino Vaz, de início, causou grande otimismo no ambiente acadêmico da época. As dificuldades que a Universidade de Brasília passava, baixo orçamento, instalações ainda precárias, baixa remuneração do corpo docente, já mostravam-se como grandes problemas a serem enfrentados na época.

Com o golpe de 1964 o medo era que os esforços realizados na projeção e construção da UnB fossem por água abaixo. As primeiras ações do governo militar indicaram isso, como vimos, nove dias após a consumação do golpe a UnB foi invadida.

Entretanto, o fato de o novo reitor da Universidade posicionar-se a favor do projeto deu um fôlego para os membros da comunidade acadêmica. A possibilidade de manutenção da estrutura acadêmica mesmo com o governo militar passou a ser vista como uma possibilidade, ainda que remota, possibilidade esta que não viria a ser confirmada, pois a repressão ao ambiente acadêmico aumentaria gravemente com o decorrer dos anos.

A interferência externa à Universidade de Brasília no tratamento dos assuntos internos fica mais visível ao relacionarmos a mudança da postura do reitor, Zeferino Vaz. O interventor teve uma postura de apoio à comunidade acadêmica ao entrar na Universidade, porém muda repentinamente. Por ter sido uma indicação política dos militares, o reitor tinha como tarefa “colocar ordem na Universidade”. Dessa maneira, não caberia uma postura de apoio aos ditos “subversivos”.

As declarações do reitor alguns dias após a invasão da UnB e a prisão dos professores demonstram uma mudança drástica de opinião. Essa mudança é, aqui, interpretada como um sinal da interferência clara dos militares no sentido da modificação de sua postura como interventor. Podemos ler no relatório da Comissão de Memória e Verdade uma passagem que expressa a nova postura do reitor ao ser procurado por outros professores da Universidade sobre a possibilidade de buscarem

30 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.75.

advogados para auxiliarem os professores detidos durante a invasão do ano de 1964. Uma síntese da fala do reitor:

“1) fez várias críticas à obra do ex-reitor Darcy Ribeiro; 2) declarou que havia consultado os currículos dos professores da UnB e verificado a existência de muitos professores medíocres; 3) que não iria permitir qualquer espécie de doutrinação ideológica na Universidade”³¹

O comprometimento político do reitor fica evidente com sua mudança de postura. Chamamos atenção para o segundo elemento que ele ressalta: “existência de muitos professores medíocres”.

O argumento da mediocridade dos professores foi amplamente usado para fundamentar as expulsões de professores naquele momento. Hoje podemos observar, com base nos relatos e memórias dos membros da comunidade acadêmica, que não passava de uma desculpa dos interventores. Não se dizia abertamente que tratava de expurgos por conta de posicionamentos divergentes. Os motivos eram essencialmente políticos, tratava-se de uma prática de exclusão de professores que tendiam a uma posição ideológica mais à esquerda.

A partir do ano de 1969 as “justificativas” para as expulsões dentro das Universidades brasileiras sofisticam-se com a instauração do Decreto-Lei 477/69. Mais adiante explicitaremos como o Decreto-Lei mencionado deu as bases para os expurgos nas Universidades e como ele afetou a UnB.

Voltando às alegações que advogam sobre a suposta mediocridade do ambiente acadêmico, um elemento importante também para compreendermos outro componente daquele período, a saber, as tentativas de manipulação da opinião pública. Os dirigentes da Universidade de Brasília, ao falar sobre a Universidade de Brasília, em programas de rádios, entrevistas jornalísticas, de modo geral, exibiam a UnB como o local no qual

31 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.75.

imperava mediocridade. Essa crítica era direcionada tanto aos discentes como aos docentes da universidade.

Em parte, o argumento da mediocridade surgia como necessidade do regime militar em “justificar” perante a opinião pública as ações nos domínios da Universidade de Brasília. Naquele cenário “O adjetivo medíocre passou a significar estar na mira para ser expulso da universidade”³²

Hoje, essas declarações sobre os membros da comunidade acadêmica parecem desapropriadas, porém, naquele contexto, foi o ponto de vista imperante. Para que essa representação da Universidade de Brasília tivesse algum eco na sociedade era necessário o auxílio dos meios de comunicação da época. Voltando ao tema da suposta “mediocridade” do corpo docente, o que temos de fato é que a Universidade de Brasília à época tinha critérios de seleção rígidos de composição do corpo docente, contando com a necessidade de exibição de títulos acadêmicos. É ideia unânime e empiricamente comprovável que o corpo docente da Universidade de Brasília daquela época era um dos melhores do país.

Em conjunto com este fato temos, assim, as primeiras consequências que vão desencadear a crise de 1965. Pouco antes de sua saída da reitoria para a entrada de Laerte Ramos de Carvalho, o então reitor, Zeferino Vaz, demite uma série de professores com a alegação de mediocridade e práticas subversivas.

Até aquele momento, Zeferino Vaz já havia demitido três professores: o filósofo e pensador católico, Ernani Maria Fiori; a antropóloga Edna Soter de Oliveira; e o sociólogo Décio de Las Casas. Estes três professores foram retirados de suas funções na Universidade por motivos diferentes. Ernani Fiori já havia sido excluído do quadro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul por meio do Ato Institucional Nº1, mas por uma inicial insistência do reitor da Universidade aceitou o convite para compor o quadro docente da Universidade. Pouco tempo depois, é retirado novamente da atividade docente, dessa vez, da Universidade de Brasília. Edna Oliveira tem sua demissão decretada por conta da proximidade que tinha com os alunos. Como dirigia a

32 Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. Pp.208.

Secretaria-Geral dos Alunos desempenhava a função de dar informação a eles, com o tempo adquiriu bastante prestígio entre o corpo discente. Com medo que ela pudesse incitar algum tipo de ato subversivo, logo foi demitida. O caso de Las Casas envolve o então Ministério de Educação e Cultura de qual ele fazia parte. Três meses após conseguir liberação para lecionar na Universidade de Brasília tem seu retorno solicitado. Esses três casos levantaram desconfiança no ambiente acadêmico. Mas o pior ainda estava por vir.

A substituição na reitoria da Universidade de Brasília, a saída de Zeferino Vaz para a entrada de Laerte Ramos de Carvalho, tinha um objetivo prático. As ações de Zeferino Vaz eram consideradas tímidas dentro do cenário da ditadura militar, assim: “Zeferino Vaz, interventor nomeado para o cargo de Reitor, era acusado de ser tímido. Um acadêmico incapaz de perceber a dimensão política do conflito em torno da Universidade”³³

Dessa maneira, buscou-se um nome que poderia colocar em prática as vontades dos dirigentes da ditadura militar sem balançar. O nome escolhido foi o de Laerte Ramos de Carvalho, que assume no dia 1º de setembro de 1965. O perfil deste novo reitor era mais afinado com os da ditadura, a saber:

“Laerte Ramos de Carvalho, tinha contato estreito e profundo com os serviços de informação da ditadura. Cristaliza-se, assim, a quebra da autonomia universitária, a ocupação administrativa pela ditadura – e o fato de que, durante a ditadura, os interventores-reitores responderiam antes aos órgãos de segurança e informação e apenas depois disso à própria universidade, quando faziam.”³⁴

Já de início encontra-se no imbróglio envolvendo as demissões dos professores e o repúdio dos coordenadores e dos alunos da Universidade de Brasília que aumentava a

33 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.84.

34 Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.85.

cada dia. Nesse cenário, o novo reitor enfrenta a primeira greve estudantil, que foi decidida no dia 9 de outubro de 1965.

A greve estudantil decidida em assembleia tem início no sábado, e na segunda-feira, por solicitação do reitor, tropas militares invadem o campus universitário. A greve tem como pauta a contrariedade às ações do reitor influenciadas por agentes externos à UnB e provavelmente ligadas ao aparato repressivos do Estado ditatorial, como por exemplo a demissão de professores e o cerceamento das liberdades acadêmicas. A resposta dada pela reitoria foi a ocupação do campus mais uma vez. Essa resposta demonstra o clima anti-democrático da época. Não se dialogava, reprimia-se com violência.

Sem possibilidade alguma de diálogo entre os estudantes grevistas e a reitoria, dois dias depois as tropas militares invadem o campus. Nas memórias de Salmeron, as atitudes do reitor, Laerte Ramos de Carvalho, eram totalmente desproporcionais e graves, sendo que o pedido de invasão da universidade fora solicitado pelo próprio representante máximo da UnB, ou seja, o “senhor reitor”. E, para além da invasão, o reitor expulsou 15 professores sem nenhuma espécie de diálogo com os coordenadores dos cursos.

Com a invasão e as expulsões o clima de medo instaura-se novamente na Universidade de Brasília. A invasão de 1965 desencadearia a maior crise da UnB. O ambiente acadêmico naquele momento parece insustentável para a prática acadêmica. Sufocados pelo medo e as constantes arbitrariedades cometidas por agentes do Estado ditatorial, 80% do corpo docente decide demitir-se. Para se ter uma ideia da dimensão da crise, o corpo docente da Universidade de Brasília da época contava com cerca de 305 professores que ministravam aulas e tinham funções de coordenação. Desses 305 cerca de 223 deixam a UnB.

A decisão sobre deixar a UnB foi bastante difícil, mas os mandos e desmandos do reitor, pressionado por agentes do regime militar, mostravam-se como empecilhos de difícil superação. A UnB, à época, já contava com uma estrutura precária, baixos salários e poucos investimentos. Com o regime militar instaura-se o medo no campus, não havendo mais seguridade alguma. Poderia ser demitido a qualquer momento sem a mínima justificativa.

Salmeron descreve a decisão difícil dos professores da UnB:

“Chegara o momento em que devíamos escolher com lucidez entre somente duas alternativas: aceitar as interferências externas ou recusá-las. Mas o único meio de recusá-las seria partir da universidade, não havia outro. Mesmo se quiséssemos, com cinismo, deixar de lado a moral e a dignidade, seria ilusório pensar que a aceitação das expulsões arbitrarias poderia contribuir para eliminar tensões restabelecer condições normais da vida universitária. A experiência, em todos os lugares do mundo, mostra que não é assim que tais situações são resolvidas. Pessoas que exercem arbitrariedades, protegidas pelo poder, continuam a exercê-las cada vez mais, até serem excluídas de suas funções devida a injunções políticas fortes.”³⁵

Em decorrência da arbitrariedade e agressividade do reitor contando com expulsões e prisões dentro do campus, as demissões que seguiram dão um novo contorno para a crise. O repúdio em relação à violação do campus universitário, a interferência na autonomia acadêmica e o constante clima de medo implantado pela ditadura militar foi o estopim para a saída dos professores.

Para os poucos remanescentes o clima era de desolação. Os alunos chegavam para as aulas e não encontravam seus professores. A Universidade de Brasília ficou totalmente esvaziada no período que segue. Uma crise dessa amplitude dificilmente fora vista em um ambiente acadêmico.

Dos poucos que ficaram, podemos observar em suas memórias o clima daquele momento, como mostrado por Sebastião Varela em texto escrito em comemoração aos 30 anos da UnB intitulado *UnB 30 anos de história, pioneirismo, resistência, homens e fatos*. Sebastião Varela era funcionário da UnB desde sua fundação. Observou com bastante otimismo as mudanças em relação ao ensino superior que a UnB se colocava na época, mas vê com pesar o impacto da ditadura militar, principalmente ao referir-se à grande crise anteriormente citada. Nas palavras de Varela:

35 Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998. P.244.

“Quase não ficou ninguém. Dias tristes na UnB. Muitíssimas salas de aula, todas vazias, algumas até abertas, parecendo assim casa sem dono. Alunos que nada tinham a ver vinham assistir aulas, mas, cadê professor? Imediatamente a nova direção contratou novos professores para assumirem as vagas em aberto.”³⁶

Essas são algumas das memórias coletivas dos membros da comunidade acadêmica do período relacionada à invasão de 1965 seguida pela grande crise em que vários professores demitiram-se, demonstrando, assim, contrariedade face às ações que estavam postas a época. Novas intervenções ainda aconteceriam, como apontaremos adiante.

Nos anos que seguiram o clima de instabilidade continuou. A ditadura militar no Brasil ganhava corpo e as ações repressivas continuaram a acontecer durante um longo tempo.

Outro fato bastante recorrente na memória dos militantes políticos ocorreu no ano de 1967, um ano antes do AI-5. Nessa ocasião, um protesto estudantil foi organizado para o dia da presença do embaixador estadunidense John Turhill. Nesse dia estavam previstas a doação de livros para a Biblioteca Central da UnB.

O fato mais mencionado dessa ocasião é a grande truculência dos militares na repressão desse protesto pacífico. Os estudantes foram trancados dentro da biblioteca e foram brutalmente espancados. Cerca de 76 estudantes foram detidos na ocasião.

No capítulo do relatório da Comissão Nacional da Verdade - CNV sobre as violações de direitos humanos nas universidades brasileiras, o espancamento dos estudantes na Biblioteca Central é descrito por Honestino Guimarães como o “massacre de 1967”³⁷. Os relatos das vítimas apontam que as prisões naquela ocasião duraram cerca de três dias.

36 UnB 30 anos / Universidade de Brasília. Assessoria de planejamento. - - Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992. P. 144.

37 Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade. Pp.273.

No fim do ano de 1967 e início de 1968 o Brasil é palco de várias manifestações estudantis. No ano de 1968 o governo militar apresenta o AI-5. Com o AI-5 a ditadura militar ganha novos instrumentos “legais” para colocar em prática ações autoritárias. O que veremos em seguida é que “Os horrores da tortura e os desaparecimentos aumentavam diariamente a partir da institucionalização da tortura e da repressão, via AI-5.”³⁸

No ano de 1968 na Universidade de Brasília acontece outra invasão dos militares. Nesse momento o foco das buscas é o então líder estudantil Honestino Guimarães. Como nas outras ocasiões a invasão dos militares é seguida por prisões e espancamentos e outros atos de violência, como intimidações, ameaças e perseguições.

A invasão do ano de 1968 está presente na memória das vítimas entre as atrocidades políticas cometidas naquela época. O relato de Ivonette Santiago de Almeida é bastante esclarecedor em relação à maneira pela qual se deu a invasão militar. Nas Palavras de Ivonette:

“Nós estávamos assistindo aulas, o curso começava às 7 horas da manhã(...)E começamos a aula, quanto foi em torno de umas 9, 10 horas da manhã lembro que estava no laboratório de Endocrinologia, no ICC(...) Então a gente ouviu um barulho de vozes, e de vozes tanto de pessoas comentando 'invasão, invasão, polícia, polícia' e também dos próprios policiais 'vamos caçar os comunistas'. E...procurando e entrando pelo ICC, dando tiros e jogando bombas de gás dentro das salas de aula pra que os alunos saíssem das salas de aula dentro dos laboratórios.”³⁹

Na ocasião lembrada por Ivonette há o relato da depredação do espaço público da universidade, como a destruição de aparelhos utilizados pelos estudantes de medicina e que haviam sido doados por universidades estrangeiras. Ou seja, para além das

38 Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade. Pp.43.

39 ALMEIDA, Ivonette Santiago de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992. 30. Pp.16.

arbitrariedades e violações de direitos humanos também se praticava violência contra a própria continuidade da educação.

Como dito anteriormente, a invasão de 1968 tinha como objetivo a captura de Honestino Guimarães. O estudante é preso, mas consegue escapar da viatura da polícia na ocasião. Sendo expulso da UnB em setembro de 1968.

Ainda durante a ação de 1968, os militares atacaram a sede da Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília -FEUB, antiga organização estudantil. De lá levaram materiais que seriam utilizados para a produção de panfletos, além de destruírem o local.

Já no ano de 1969 a ditadura militar desfere um dos golpes mais duros na liberdade de expressão dentro dos ambientes acadêmicos. Com o Decreto-Lei 477/1969 fora estabelecida como infração disciplinar a “incitação” de movimento que tenha por finalidade a paralisação da atividade escolar. Nesse sentido, professores que fossem enquadrados nesse Decreto-Lei poderiam ser demitidos ou dispensados e a proibição de ser nomeado no prazo de cinco anos. Caso fosse aluno, corria o risco de ser expulso e ter sua matrícula negada em instituições de ensino superior por três anos.⁴⁰

Ainda sobre o Decreto-Lei 477 de 1969:

“(...) o Decreto-Lei nº477, que dispunha sobre infrações disciplinares praticadas por professores, alunos e funcionários ou empregados de estabelecimento de ensino. Esse Decreto-Lei, editado em 26 de fevereiro de 1969, qualificava em seu artigo 1º como incurso em infração disciplinar aquele que: 'Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento'; 'atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele'; 'pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele participe'; 'conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza'; 'sequestre ou mantenha em cárcere privado o diretor, membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno';

40 Ver em Decreto-Lei nº477, de 26 de fevereiro de 1969 In: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

'use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública'.⁴¹

A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade verificou que na Universidade de Brasília um professor foi atingido pelo decreto 477/1969. Trata-se do professor do Departamento de Arquitetura Frank Svensson que foi demitido por conta de sua militância no Partido Comunista Brasileiro – PCB.

No âmbito nacional, por sua vez, o Decreto-Lei 477 foi responsável por centenas de demissões de professores e expulsões de alunos, não sendo possível se precisar ao certo quantas pessoas foram atingidas, pois os documentos sobre essas ações encontram-se perdidos.

Assim, o ato 477 de 1969 provocava em estudantes e professores enorme insegurança. Com esse dispositivo era possível ser expulso imediatamente com base em qualquer delação. Na memória dos alunos da UnB o decreto 477 aparece como o decreto criado para punir estudantes que contribuiu para o clima de medo da repressão militar. Ivonette Santiago lembra que:

“Então quer dizer, esses jovens não tinham mais espaço de estudo, que estavam sendo reprimidos pelo Ato Institucional, o 477, que era um julgamento sumário do estudante. Ele foi um ato institucional criado para punir estudantes. Então, nós éramos julgados do dia para a noite; hoje você era estudante, no outro dia você não era mais, você já era, lhe era cassado o direito de ser estudante. Eram atos sumários. E baseados muitas vezes, em informações falsas, porque o SNI, e o próprio poder militar, pagava pessoas para fazer 'deduração', e essas pessoas tinham que mostrar serviço.”⁴²

O Decreto-Lei 477 de 1969 fica em vigor por dez anos. No ano de 1979 ele é revogado, demonstrando um próprio enfraquecimento dos poderes dos militares. Entretanto, esse esgotamento do regime viria a ocorrer somente mais adiante. De 1969

⁴¹ Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade.

⁴² ALMEIDA, Ivonette Santiago de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992. 30. Pp.10.

em diante a repressão política não cessou. O movimento estudantil tentou reerguer-se inúmeras vezes, sofrendo sempre o cerceamento por parte dos militares.

No início dos anos de 1970 o movimento estudantil encontrava-se na clandestinidade. Podia-se sentir os efeitos do AI-5 e do Decreto-Lei 477/1969. A desmobilização política dos estudantes era evidente, porém, o movimento político articulava-se na clandestinidade.

A já mencionada Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília – FEUB mantinha parte das suas ações em torno dos centros acadêmicos. Porém, como tratava-se de uma organização proibida, seus membros tinham alcance de suas ações bastante limitado. Mesmo assim, o Serviço nacional de Informação – SNI, órgão de inteligência da ditadura soube das ações da FEUB e comunicou o então reitor da UnB, Caio Benjamin. Em informação contida no relatório da CATMV temos acesso ao comunicado do SNI que adverte o reitor para “atividades subversivas na Universidade de Brasília”, e também apontava para o “renascimento do movimento estudantil”.

Um dos militantes, Gilson, foi preso e torturado, acusado de “crimes” como “subversão”. Foi preso porque supostamente de sua bicicleta havia caído um exemplar do jornal da FEUB além de ser acusado de levar livros de esquerda.⁴³

O depoimento de Gilson obtido no relatório da CATMV explicita as práticas do regime ditatorial nos anos 70. A repressão muda, em parte, por conta da incorporação de novos dispositivos legais, ao exemplo do Decreto-Lei que dava poder à autoridade acadêmica de expulsar qualquer membro com posicionamento mais à esquerda (naquele momento a UnB já havia incorporado partes do Decreto-Lei 477 ao seu estatuto). Também pela sofisticação cada vez maior dos mecanismos de vigilância, com o próprio SNI oferecendo informações sobre as supostas “atividades subversivas” na Universidade.

No caso de Gilson, ele apenas não foi expulso pelo apoio recebido por professores da Universidade. Podemos ler no relatório:

⁴³ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.147.

“Com o apoio dos professores não foi jubilado, por empatia política deles. Apesar, em suas palavras, das pressões do Vice-reitor Azevedo. Gilson comentou ainda que a prática do jubramento era constantemente usada na UnB, para além do Decreto-lei 477/1969. Sua opinião é que essa prática soava mais palatável e acadêmica ao público, diferentemente do teor explicitamente político do 477.”⁴⁴

Assim, o movimento estudantil que existia nesse momento precisava lidar com o problema da impotência diante dos mecanismos postos pela ditadura. O movimento foi inviabilizado pelo medo das ações do regime militar. Como já havíamos mencionado, a imputação do medo na população é prática comum do Estado autoritário, o caso brasileiro não fugiu a essa regra.

Em meados da década de 70 o movimento estudantil começa a retornar com maior força. A repressão também. É na década de 70 que três estudantes da UnB desaparecem, e hoje são considerados desaparecidos políticos. Eles são: Tarso Celestino da Silva, 1971; Honestino Monteiro Guimarães, 1973; e Ieda Santos Delgado, 1974.⁴⁵

Durante todo período da ditadura militar a repressão não cessou no ambiente acadêmico da UnB. As vítimas do Estado totalitário até hoje não tiveram as circunstâncias dos seus desaparecimentos elucidadas. São os maiores deficits que o Estado brasileiro tem com as famílias das vítimas até hoje.

Outro fato impactante para o movimento estudantil é a Guerrilha do Araguaia e a o assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Porém, no panorama nacional, as pautas do movimento estudantil mudam, mirando agora mais acentuadamente em temas vinculados a democracia. Assim: “a luta estudantil começa a ressurgir: mudar seu foco da revolução social para a luta pelas liberdades democráticas, reorienta-se para ocupar espaços institucionais e começa, timidamente, a contagiar as ruas.”⁴⁶

⁴⁴ Idem.147.

⁴⁵ Idem. Pp.56.

⁴⁶ Idem. Pp. 167.

Na UnB, nos anos de 1975 e 1976, temos duas manifestações estudantis. A primeira intitulada Bandeijinha estava pautada sobre críticas aos serviços fornecidos pelo restaurante universitário e promovia uma vez por semana o boicote do restaurante. No ano de 1976 houve uma greve dos estudantes de medicina relacionada à falta de estrutura nas residências médicas do DF.

Ambos protestos demonstram uma ligeira mudança de foco das pautas do movimento estudantil. Buscava-se naquele momento pautas ligadas à manutenção da UnB. Mesmo assim, as punições aos alunos participantes não cessaram. No caso da greve estudantil dezenas de alunos foram expulsos com respaldo do Decreto-Lei 477.

No ano de 1977 a Universidade de Brasília volta a ser novamente invadida por tropas militares, dessa vez, por conta de greve estudantil deliberada em assembleia no mesmo ano. Alguns alunos contrários à greve utilizam-se de mecanismos legais para garantirem o direito à aula. A reitoria da UnB, que à época contava com José Carlos de Azevedo, utilizou-se dos mandados conseguidos pelos alunos contrários à greve para solicitar a desocupação dos prédios da universidade.

Como resultado da repressão policial tivemos:

“(…) uma brutal repressão, da qual resultaram numerosas prisões de estudantes, muitos espancamentos e outras violências. A partir de então, a presença de forças policiais-militares no campus passou a ser cotidiana, configurando verdadeira ocupação militar da Universidade, que perdurou ainda por várias semanas.”⁴⁷

O saldo dessa nova invasão foi o total de 153 estudantes presos, além de espancamentos e torturas já antes citadas. Todas as ações respaldadas pela arbitrariedade e crueldade de praxe.

No ano de 1978 o Brasil estava em uma atmosfera que aspirava à democracia: os movimentos trabalhistas, como os do ABC paulista ganhavam força a cada dia e

⁴⁷ Idem. Pp.190.

desafiavam a repressão militar. A Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB já demonstrava apoio às ações ligadas a democracia.

Em 1979 a ditadura militar demonstra perda de força. Nesse mesmo ano o AI-5 e o Decreto-Lei 477/1969 são revogados após imensa luta política. Em 1979 também a União Nacional dos Estudantes volta ao cenário público. Daí em diante, a ditadura militar passa a dar seus suspiros finais. Tem lugar a criticável transição conciliatória em que não se puniu as atrocidades cometidas durante os longos anos do regime militar no país.

No âmbito da Universidade de Brasília as greves estudantis passam a constituir um relativo canal de negociação com a reitoria. Ora tentando negociar por melhorias na estrutura estudantil, ora pressionando os dirigentes para a ampliação dos direitos. Em 1983 o movimento estudantil engaja-se na campanha *Diretas já!* e as pressões por mudanças na reitoria crescem a cada dia. A pressão por mudança desencadeia a ocupação da reitoria ocorrida no mesmo ano.

As eleições diretas para reitor só viriam a ocorrer no ano de 1985. Cristovam Buarque é eleito o primeiro reitor da UnB após a ditadura militar. A história da Universidade de Brasília segue daí em diante, inserida em outras conjunturas políticas e sociais.

Tentamos abordar, nesta seção, as memórias referentes ao contexto ditatorial. Aquelas recordações que estão presentes nas memórias coletivas dos militantes políticos e vítimas do regime militar. Outras tantas memórias do período são possíveis, inúmeras. Buscou-se, aqui, ampliar o escopo de compreensão daquelas memórias que foram silenciadas, cerceadas e impedidas. Obviamente, essa discussão se encerra aqui.

No próximo capítulo abordaremos a questão das memórias coletivas da UnB nos orientando com base nas contribuições de Maurice Halbwachs e Walter Benjamin para o debate relacionado à memória da ditadura militar.

CAPÍTULO III – A MEMÓRIA COLETIVA

Neste capítulo serão discutidas as reflexões acerca do tema da memória coletiva em dois autores: Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. Dessa forma, busca-se neste capítulo compreender como as discussões teóricas acerca do tema do lembrar e esquecer social nos auxiliam a compreender, de modo crítico, as memórias coletivas da ditadura militar na UnB. Assim, o objeto empírico deste trabalho, a saber, as memórias coletivas sobre o período da ditadura militar na Universidade de Brasília, são apresentadas com base na dinâmica da conformação da memória coletiva como definido por Maurice Halbwachs e como uma prática de reencontro com o passado de acordo com Walter Benjamin.

De início, como tematizado, mencionamos o fato de objeto de estudo *memória* encontrar-se dentro de contexto de análise multidisciplinar. Todavia, o foco neste trabalho é entender como a sociologia pode oferecer uma contribuição ao debate. A chave que este trabalho baseia-se é na gestão social da memória, evidenciando as relações de poder e as tentativas de transcendência ou resistências às limitações impostas por grupos dominantes.

A memória como objeto de estudo pode tanto ser central em uma análise, por exemplo, ao se ressaltar sua importância na transmissão da cultura, como também pode estar à disposição de uma lógica mais coadjuvante. Não importando qual o nível de importância dela nesta análise, sua presença é quase indispensável, principalmente nas ciências da cultura. Embora essa dinâmica pareça, de certo modo, intermitente dentro dos debates das ciências sociais, os estudos da memória parecem estar novamente recebendo revalorização, principalmente por conta da necessidade de se repensar fatos relacionados à História.⁴⁸

⁴⁸ Le Goff, Jacques. “Memória”. In: História e memória / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. Pp. 366-420. Vale ressaltar que Jacques Le Goff compreende o papel da ciência da memória como uma auxiliar das ciências históricas. Esta valorização da memória no contexto de estudos da ciência Histórica aparece no cenário de análise das mudanças relativas ao ato de lembrar coletivo durante vários contextos históricos. Le Goff analisa notadamente o desenvolvimento do papel da memória passando pelo contexto de “memória étnica”, “oralidade à escrita”, “memória medieval no

A memória volta como agenda de pesquisa na sociologia essencialmente por conta do seu caráter coletivo.⁴⁹ Nesse sentido, o conceito de memória coletiva distancia-se, em boa medida, da análise puramente individual do fenômeno. Obviamente, a perspectiva individual da memória não é descartada.

A memória neste capítulo, é pensada no eixo das reflexões sobre memória política. Nesse sentido, o ato de lembrar e esquecer coletivo é contextualizado numa lógica de disputas sociais pelas lembranças. Reconhece-se então a necessidade de compreender como grupos sociais enfatizam determinadas memórias na sociedade em detrimento de outras tantas.

Como vimos no primeiro capítulo, as memórias referentes à ditadura militar no Brasil auxiliam no questionamento da própria história da ditadura militar. Os relatos oferecidos pelas vítimas do regime orientam-se em relação a uma dimensão excluída nas narrativas oficiais do regime militar em que se busca negar que houve atrocidades durante esse período de nossa história.

As memórias da ditadura militar ainda estão em disputa, uma vez que

“(...) é certo que a guerra da memória se constituiu justamente num intenso intercâmbio de versões sobre os aspectos mais polêmicos da ditadura do pós 64. E essa própria guerra já tem uma história. Na medida em que os militantes não se calaram, os militares também saíram à luz para expor sua visão dos acontecimentos e/ou para defender sua atuação pessoal naquela fase.”⁵⁰

Ocidente”, “memória escrita na renascença” e por fim o “desenvolvimento contemporâneos da memória”. Dessa maneira, o autor oferece-nos um amplo quadro de entendimento dos temas relacionado a memória nos mais diversos períodos históricos.

⁴⁹ Santos, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. São Paulo: Annablume, 2003. A autora ressalta que, a partir da década de 1980, os estudos referentes às memórias coletivas passam a contemplar os grupos envolvidos na construção dos estudos.

⁵⁰ Martins Filho, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, v. 28, p. 178-201, 2002.Pp.181.

As disputas sociais pelo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido é o centro do debate contemporâneo relacionado à concepção de memória coletiva. Em seguida realizaremos uma discussão pautada em dois autores: Maurice Halbwachs e Walter Benjamin. A discussão teórica suscitada por eles entrará em conexão com os fatos referentes as memórias coletivas da ditadura militar na UnB. Para a realização de tal objetivo é fundamental o esclarecimento conceitual no que se refere à ideia de memória coletiva.

A *memória coletiva* foi tema de pesquisa de grandes sociólogos, por exemplo, “A *memória coletiva*”⁵¹ escrito por Maurice Halbwachs. Este autor foi o primeiro a conceitualizar a memória em termos coletivos.⁵²

Em resposta à pergunta dos indícios relacionados à existência da memória coletiva, podemos pensá-las nos seguintes fatores: 1) O compartilhamento social de recordações; 2) memória ligada a processos de socialização e comunicação; 3) a memória como base de transmissão de cultura, principalmente nos povos agrários; 4) memória como base para a herança histórica e elemento fundante dos fenômenos sociais modernos, por exemplo, o nacionalismo. Em síntese, a memória é um assunto dos grupos sociais.

Estes pontos elencados anteriormente podem ser visualizados em várias conjunturas históricas, às vezes, com alguns dos elementos em confluência, e outras, em conflito. Mas todos eles baseiam-se, essencialmente, em memórias coletivas que não são naturais ou socialmente dadas, mas sim, fazem parte de empreendimentos sociais de afirmação e negação do que deve ser lembrado.

Assim, as memórias coletivas, como objeto de estudo, podem ser analisadas nos mais diversos contextos de relação social. Talvez, por esse motivo, com o

⁵¹ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990.

⁵² Casadei, Eliza Bacheга. “Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória Coletiva.” Revista Espaço Acadêmico 9. 108 (2010): 153-161.

desenvolvimento da sociologia francesa ela logo passou a ser objeto de estudo, principalmente pelo discípulo de Durkheim, Maurice Halbwachs⁵³.

Maurice Halbwachs é autor do livro já citado “*A Memória Coletiva*” publicado postumamente no ano de 1950 em sua versão francesa.⁵⁴ Nesta obra o autor expõe seus argumentos para situar a memória coletiva como um objeto de estudo da sociologia. A memória para Halbwachs encaixa-se na lógica observada por Durkheim de um fato social, que se impõem aos indivíduos.

Halbwachs passa, dessa maneira, a analisar o fenômeno da memória coletiva em busca dos quadros de referências nas quais as memórias coletivas estariam inseridas e, sendo assim, pergunta-se qual a lógica de manutenção e permanência dessas memórias dentro dos quadros de referência social de determinados grupos.

Vale mencionar que, em grande medida, o esforço em focalizar a memória como objeto de estudo sociológico também realiza-se no sentido de distanciá-la do modo de operação dos estudos históricos e psicológicos.⁵⁵ No contexto de afirmação da Sociologia como ciência e com objeto de estudo próprio e singular, busca-se garantir, em boa medida, o estabelecimento de uma espécie de domínio (ou afirmação) da Sociologia frente aos estudos das memórias coletivas. A tentativa de diferenciação se dá na seguinte chave argumentativa: de um lado tem-se a *memória autobiográfica* e de outro tem-se a *memória histórica*.

⁵³ Em relação a trajetória intelectual de Maurice Halbwachs recomenda-se a leitura do artigo “Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência”. Neste artigo, os autores, Maria Luisa Sandoval Schmidt e Miguel Mahfoud, apresentam para além dos conceitos fundamentais para a compreensão da obra de Maurice Halbwachs a conjuntura intelectual na qual ele se encontrou, para ficarmos apenas em alguns exemplos, os autores mencionam a valorização das concepções de Durkheim em sua obras relacionados a metodologia de observação da Sociologia e a participação de Halbwachs na “Escola de Strasbourg” onde reuniram-se intelectuais franceses e alemães das mais diversas áreas e foi importantíssimo para o aprofundamento dos aspectos teóricos e metodológicos de Halbwachs.

⁵⁴ Maurice Halbwachs foi executado no ano de 1945, no campo de concentração em Buchenwald, depois de ser deportado pela Gestapo durante a ocupação nazista em Paris.

⁵⁵ No sentido do distanciamento dos estudos relacionados à psicologia, cabe lembrar o esforço de Émile Durkheim, para além de distanciar a sociologia de outras disciplinas acadêmicas do seu contexto, também, creditar a ela um objeto próprio de estudo, nesse caso, os fatos sociais.

Após essa breve apresentação da conjuntura do surgimento da perspectiva de estudo da memória coletiva. Apresento agora os argumentos conceituais de Halbwachs relacionados ao tema da memória coletiva. Para a realização deste objetivo tenho como base principalmente o livro *A memória coletiva*, além de textos de alguns comentadores de sua obra.

3.1 MAURICE HALBWACHS E O CONCEITO DE MEMÓRIA COLETIVA

Nesta seção realizaremos uma discussão conceitual relacionada ao conceito de memória coletiva. Inicia-se com a busca pela compreensão deste conceito na obra do sociólogo francês Maurice Halbwachs. São apresentados seus argumentos contidos fundamentalmente em sua obra principal, o livro “*A Memória Coletiva*”.

Maurice Halbwachs é um sociólogo pertencente à Escola Francesa de Sociologia. Discípulo de Émile Durkheim (1858-1917), a produção intelectual de Halbwachs está contextualizada nas décadas de 1920 a 1940. A valorização dos pressupostos sociológicos de Durkheim são notórias em sua obra, a começar pelo estabelecimento da memória coletiva como um *Fato Social*.

Esta influência é observada na própria compreensão de Durkheim sobre o que seriam os fatos sociais, quais são as suas dinâmicas, o modo de observá-los e estudá-los. Durkheim busca conceitualizar o que ele compreende como fato social no artigo “*O que é um fato social?*”, no qual podemos observar uma definição no trecho que segue

“[...]Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos; e a presença desse poder se reconhecer, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência de que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. Contudo, pode-se também defini-lo pela difusão que apresenta no interior do grupo, contanto que, conforme as observações precedentes, tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se”⁵⁶

⁵⁶ Durkheim, Émile. *Essencial sociologia / organização e introdução* de André Botelho. “O que é um fato social?” — 1a ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013. Pp.188

Dessa maneira, o *fato social* definido com suas características de coercitividade, exterioridade, generalidade aparecem como elementos que a produção da sociologia francesa daquele contexto buscava enfatizar na definição do seu objeto de pesquisa.

Por esse fato, pode-se notar o registro no qual seu discípulo, Maurice Halbwachs, buscou compreender os fenômenos relacionados à memória coletiva. No caso de Halbwachs, a partir de suas reflexões sobre a Memória Coletiva percebe-se o poder de coerção do grupo em relação ao indivíduo, a difusão, a exterioridade assume forma no fato social identificado por Halbwachs observado no conceito de memória coletiva que explicitaremos subseqüentemente.

Dessa maneira, a relação entre indivíduo e sociedade permeia boa parte da tentativa do autor de construir uma formulação conceitual da memória coletiva. O indivíduo, no sentido proposto, ora influencia o grupo, ora é influenciado por ele. Esta relação dialética entre indivíduo e sociedade permeia boa parte da construção analítica de Halbwachs.

Embora creditando grande peso ao coletivo, de certa maneira, entende-se também que o indivíduo não se encontra de maneira totalmente passível em relação ao coletivo. Abre-se, nessa perspectiva, um relativo poder de influência do indivíduo em relação ao grupo, porém, não se pode negar de modo algum que o coletivo guarda para si enorme poder em relação ao indivíduo.⁵⁷

Assim

“Para Halbwachs o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas também, sempre um trabalho do sujeito”⁵⁸

⁵⁷ Araujo, Maria Paula Nascimento, e Myrian Sepúlveda dos Santos. "História, memória e esquecimento: Implicações políticas." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 79 (2007): 95-111. Mesmo abrindo relativo espaço de influência para o indivíduo, a preponderância do coletivo ainda é majoritária. Nesse sentido, Halbwachs, reitera a tese de Durkheim sobre a preponderância da consciência coletiva sobre o indivíduo. Pp. 97.

⁵⁸ Schmidt, Maria Luisa Sandoval; Mahfoud, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. *Psicologia Usp*, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

Essa sobreposição do coletivo ao indivíduo traduz-se na relação entre memória coletiva e memória individual. Para tentar resolver essa relação, Halbwachs investe na busca pelo entendimento de como os quadros sociais da memória agem em relação ao indivíduo e este enfatiza ou não determinados aspectos destes quadros sociais, que atuam como sistemas de referência.

Porém, anterior à compreensão dessa relação deve se entender uma espécie de pressuposto empírico observado por Halbwachs para demonstrar a existência da Memória Coletiva. Para o autor a memória individual não pode se distanciar da memória coletiva, por esse motivo, Halbwachs ressalta a importância dos quadros sociais e enfatiza as relações sociais na constituição da memória.

Primeiramente, o autor elabora como um pressuposto básico para a comprovação da memória coletiva a lógica relacional das memórias. O indivíduo ao se recordar, em boa parte das vezes, o faz com base em memórias relacionais a outros indivíduos. Por mais que essas memórias sejam “individuais” o indivíduo socializado por outros coloca suas memórias, de modo geral, em relação a outros indivíduos, assim, os indivíduos lembram e esquecem em grupo.

Podemos observar a dinâmica das memórias relacionais entre os indivíduos nos relatos cedidos por militantes do período da ditadura militar na UnB. Nos relatos as alusões a outros indivíduos são bastante frequentes.

Nesse caso, as memórias coletivas dizem respeito a uma situação social na qual há a presença de outros indivíduos. Por exemplo, as memórias de uma das prisões ocorridas na UnB: “Então veja, dentro desse carro, tinha mais duas pessoas, na hora em que eu estava saindo, um que era estudante do Rio de Janeiro, da medicina, e outro que não era mais estudante, era dirigente político. Os dois foram presos também.”⁵⁹

⁵⁹ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.113. Relato obtido no relatório da Comissão Anísio Teixeira Memória e Verdade. Trata-se do relato de Alduísio Moreira de Souza encontrado no livro “Memórias esquecidas”.

A memória coletiva pressupõe um processo de relações sociais entre os indivíduos. Por esse motivo, ao se lembrar o indivíduo relaciona sua memória individual a um quadro social coletivo, que o envolve. Por isso, na memória citada anteriormente, o indivíduo ao narrar o fato da prisão relaciona sua experiência individual a de outras pessoas que vivenciaram a mesma experiência.

Com a presunção inicial no processo de socialização existente entre os indivíduos. À vista disso, Halbwachs avança em seu argumento a fim de demonstrar como as memórias são formadas nos indivíduos a partir do processo de socialização que gera experiências comuns e a própria dinâmica de interação social entre indivíduos.

Para apresentar a dinâmica social da memória, Halbwachs pretende compreender como se dá a formação das “*primeiras lembranças da infância*”⁶⁰. A primeira lembrança do indivíduo é constituída com base no reconhecimento social do indivíduo como Ente Social, nas palavras de Halbwachs

“[...] Se não nos recordamos da nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ente social.”⁶¹

A criança, seguindo a lógica proposta por Halbwachs, está condicionada aos quadros sociais de memórias oferecidas pelo seu grupo primário, ou seja, a família. Nos anos iniciais de vida do indivíduo o ato de lembrar-se ainda não se concretizou porque ele ainda não está inserido como ente social no grupo.

Portanto, a proposta de Halbwachs relaciona diretamente o processo de socialização do indivíduo ao desenvolvimento do mesmo como um ser constituído e reconhecido socialmente. Por esse fato, suas memórias são sempre as memórias de outras pessoas que com ele compartilham experiências. Assim, a memória da criança assim está conservada pela família até o indivíduo tornar-se um adulto.

⁶⁰ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990. Pp.38.

⁶¹ Idem. Pp.38.

Porém, mesmo com o indivíduo tornando-se adulto, a memória coletiva não deixa de marcar sua influência sobre ele, todavia, nesse caso, ao tornar-se adulto, o indivíduo passa então a fazer parte de outros grupos sociais para além da família.⁶² A família desempenha um papel relevante na infância pois configura-se como primeiro grupo do qual ela fará parte.

Ao contrário do adulto que, com base em suas relações sociais, pode inserir-se e sair de vários grupos durante sua vida, embora a memória coletiva ainda esteja presente. As inserções em grupos, mesmo que efêmeras, evocam no grupo memórias coletivas que irão se dissipar caso haja dissolução daquele grupo. Obviamente, contatos esporádicos ou “casuais”, segundo a proposta de Halbwachs, não gerariam alguma espécie de memória coletiva, pois para a formação da mesma existe a necessidade do grupo em questão se impor como referência ao indivíduo e estabelecer uma lógica de comunidade afetiva.

A geração que vivenciou o ambiente autoritário e repressivo na UnB no contexto de ditadura, guarda como referência as memórias coletivas daquele período. Alguns distanciam-se da Universidade, seja por conta das expulsões arbitrárias motivadas por questões políticas, seja porque terminaram seus estudos e começaram a estabelecer vínculos com outros grupos sociais. Mas, de qualquer modo, as marcas deixadas na memória coletiva desses indivíduos ainda encontram-se presente, o que pode ser constatado, por exemplo, na extensa bibliografia produzida nos anos do pós ditadura.⁶³

Por não se tratar de um fato imóvel e engessado, a memória coletiva pode ser diferencial a depender dos grupos nos quais o indivíduo estaria inserido. Já podemos assim demonstrar, com base na dinâmica apresentada, a possibilidade de os indivíduos

⁶² A obra de Maurice Halbwachs pressupõe a existência do grupo social que primeiro socializa o indivíduo, nesse caso pensa-se na família, e após a socialização e o desenvolvimento da criança como ser social passa-se para uma lógica de inserção em outros espaços sociais de promoção de relações sociais, exemplo: igreja, escola, vizinhança, etc. A criança nesse contexto só tem suas memórias conservadas pela família porque esta representa o único grupo no qual ela está inserida naquele momento de sua vida.

⁶³ A bibliografia produzida por militantes políticos consiste em filmes, entrevistas, literatura, teses, historiografias, músicas, peças de teatro. A memória daquele período histórico embasou um grande número de produções culturais no país.

pertencerem a vários grupos diferentes e, conseqüentemente, virem a desenvolver diferentes tipos de memórias:

“[...] É isso porque a memória individual não é nada mais do que a memória formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo. É a soma não redutível destas várias memórias coletivas que se aloca no ser e representam a sua parcela individual de experiência. Em outras palavras, a constituição da memória é, em cada indivíduo, uma combinação aleatória das memórias dos diferentes grupos nos quais ele sofre influência – e isso explicaria, em grande medida, porque as pessoas guardam memórias diferenciadas.”⁶⁴

Um grupo social que “salvaguarda” memórias que, a princípio, poder-se-ia pensá-las como estritamente individuais, como é o caso das memórias dos militantes políticos na ditadura, aparece como uma das provas da existência da memória coletiva e da influência do grupo em relação às memórias individuais.

Por esse motivo, os militares têm uma memória dos acontecimentos daquele momento totalmente diferenciada dos militantes políticos. Em parte, por conta da negação dos seus atos cometidos, mas também por estarem inseridos em outro grupo de referência, que passa a reforçar determinada memória em detrimento de outra. Por exemplo, os militares e partidários dessa memória coletiva lembram-se do golpe militar de 1964 como uma “revolução”. Essa visão diferenciada explica-se, em parte, pela inserção do indivíduo em um grupo que compartilha dessa representação do evento.

Assim, no entendimento da proposta de Halbwachs, as memórias de um determinado acontecimento mostram as diferentes formas dos quadros sociais – entendidos como os grupos de referência de conservação de memórias comuns- e como eles atuam na relação com o indivíduo, como demonstrado no exemplo anterior.

⁶⁴ Casadei, Eliza Bachea. “Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória Coletiva.” Revista Espaço Acadêmico 9. 108 (2010). Pp.155.

Para a compreensão do *modus operandi* e manutenção da memória dentro dos grupos sociais devemos nos atentar a dois elementos destacados por Maurice Halbwachs em *A memória Coletiva*: 1) memória coletiva é formada decisivamente por dados ou noções comuns aos membros do grupo; 2) continuidade da Memória coletiva está ligada à durabilidade do grupo social, ou seja, à extensão das relações sociais entre os participantes no tempo.

Como já assinalado, uma das características da Memória coletiva é o fato de ela está ligada à vivência comuns entre os indivíduos. Assim, podemos dizer que no argumento de Halbwachs não se exclui a perspectiva do indivíduo, pois o mesmo ainda possui suas memórias individuais, porém, com base na dinâmica de afirmação das memórias coletivas, haveria certo predomínio da memória do grupo sobre o indivíduo.

Com a própria ideia de memória coletiva como um objeto de estudo com as características de *fato social*, conforme estabelecido pela Escola Durkheimiana de Sociologia. Em parte, o argumento é compreendido com base na preponderância do coletivo sobre o individual. Assim, fica mais evidente a relação indivíduo e grupo, já que o foco da análise seriam as representações coletivas dos eventos sociais.

Na própria formulação do que seriam *atos sociais* na visão dos autores da Escola de Sociologia Francesa, o caráter coercitivo da ação social tece grande influência sobre o indivíduo. A dinâmica, porém, se acirra no momento de escolha dos “dados ou noções comuns”⁶⁵ que irão compor o que vai ser lembrado ou esquecido pelo grupo.

A noção de dados ou noções comuns entre os indivíduos em situação de grupo é que fornece as bases para a ligação do grupo e indica quais memórias vão ser reforçadas no grupo e quais vão ser enfraquecidas. Mas de que maneira Halbwachs descreve efetivamente a dinâmica de estabelecimento de dados comuns de memória interna as lembranças do grupo? Por meio do cálculo da relação entre número de indivíduos que são “representados” por determinada memória em relação ao restante do

⁶⁵ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990. Halbwachs aponta que os “dados ou noções comuns” encontram-se “tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos entender podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.” Pp.34.

grupo. Caso a maioria dos indivíduos ratifique determinada memória com um sinal de importância, o grupo como um todo passa a reforçar aquela memória. Nesse argumento, a lógica quantitativa é decisiva para o que vai ser lembrado pelo grupo. Nas palavras do autor:

“No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos, mais frequentemente em contato com ele. Quando aqueles que concernem a um pequeno número e algumas vezes a um só de seus membros, embora estejam compreendidas em sua memória, - já que, ao menos por uma parte, elas se produzem dentro de seus limites - passam para último plano.”⁶⁶

O segundo fator determinante para compreendermos a dinâmica da memória coletiva diz respeito a sua característica de durabilidade dependente da existência do grupo. Para entendê-las, devemos apresentá-las por meio de alguns exemplos.

Em nossas últimas observações tem-se apresentado a importância dos quadros sociais, ou grupos sociais, para a memória coletiva. Com base nas proposições conceituais de Halbwachs a memória coletiva estaria situada nesse limiar entre consciência individual e consciência coletiva.

Apresentando a característica de exterioridade de um fato social, no sentido estrito do termo, a memória coletiva guarda consigo também certo caráter coercitivo, como explicitado anteriormente, ao mostrar-nos sua dinâmica de seletividade do que é memorizado pelos grupos. Porém, a memória coletiva, em sua afirmação nos grupos se dá por meio do constante reforçamento de determinadas memórias.

Halbwachs explica a perda (esquecimento) das memórias coletivas com base na perda da ligação dos indivíduos entre si ou o dismantelamento desses grupos sociais. Por esse motivo outorga-se grande poder na manutenção das memórias coletivas a

⁶⁶ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990. Pp.45.

existências dos grupos que oferecem ao indivíduo o amparo do grupo de referência. Para o autor: “Esquecer um período da sua vida é perder contato com aqueles que então nos rodeavam.”⁶⁷, alertando para o problema da perda dos grupos de referência que, como efeito, causaria também a perda da memória coletiva referente àquele grupo.

De certo modo, as reflexões de Maurice Halbwachs nos direcionam para um problema moderno e que fará parte das reflexões relacionadas ao tema da memória coletiva que é a amnésia coletiva. O indivíduo *desencaixado*⁶⁸ da modernidade, que não reconhece ligação a nenhum grupo de referência, caso aceitemos as proposições estabelecidas por Halbwachs, seria, desse modo, um indivíduo que apresenta precariedade e isolamento em relação às memórias coletivas.

O argumento de Halbwachs, em grande medida, aceita o caráter transitório dos deslocamentos dos indivíduos em diversos grupos sociais, até pelo fato de não se tratarem de relações sociais cristalizadas e imutáveis, ou seja, há certo grau de previsibilidade no que tange à movimentação do indivíduo em diferentes grupos sociais e em diferentes tempos de sua vida.

Contudo, essa transitoriedade das relações sociais em Halbwachs surge num contexto de menor intensidade das mudanças sociais, ou melhor, num contexto de menor intensificação e menor possibilidades de deslocamentos sociais do que o contexto atual de nossa sociedade globalizada. Logo, Halbwachs nos confronta com o problema da continuidade das memórias coletivas perante o dismantelamento dos grupos de referência. O conceito de geração desenvolvido por Karl Mannheim introduz novos elementos para pensarmos esse problema. Apresento-o mais adiante.

Voltando à dinâmica mostrada por Halbwachs, vale destacar que sua obra está centrada em uma realidade histórico-social distanciada da atual. As características apresentadas por Halbwachs e que pautaram suas análises mostram-se como qualidades essenciais para entender a transição da sociedade tradicional para a sociedade moderna. Entretanto, essas mudanças que fazem parte do entendimento do quadro social de mudanças que foram analisadas pela sociologia, com ênfase nas características da

⁶⁷ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990. Pp.21

⁶⁸ Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, São Paulo. 1990.

modernidade, mostram, hoje, um grau de intensidade e velocidade no que tange às mudanças sociais bastantes diferente do vislumbrado por Halbwachs. Este elemento é de grande importância para que não se cometa nenhuma espécie de anacronismo com a proposta do autor. De todo modo, as suas proposições são de inestimável importância para o desenvolvimento dos estudos referentes à memória coletiva e nos trazem uma série *insights* que ainda nos ajudam a compreender os problemas referentes a memória coletiva nas ciências sociais.

O próprio problema do esquecimento nas sociedades contemporâneas pode ser pensado com base na obra de Halbwachs, principalmente se perguntarmos como não-pertencimento a grupos sociais e o isolamento dos indivíduos pode desencadear uma dificuldade na constância das memórias coletivas. O esquecimento coletivo com base nos trabalhos de Halbwachs é pensado nos seguintes termos: tal como a memória coletiva depende da existência e permanência dos indivíduos em associações coletivas, ou seja, em grupos, o esquecimento é explicado com a extinção dos mesmos. Os quadros sociais que reforçam as memórias coletivas asseguram a sua continuidade na sociedade, a partir do momento que deixam de existir, por qualquer motivo que seja aquelas memórias que permaneciam guardadas no interior do grupo tendem a desaparecer.

A geração que vivenciou os fatos ocorridos durante a ditadura militar na UnB necessita da oportunidade de transmitir suas experiências para as gerações que seguiram. Durante o contexto ditatorial narrar o que aconteceu era um ato considerado “subversivo”. Não havia abertura democrática para a transmissão de tal experiência. Uma das grandes contribuições da Comissão Nacional da Verdade, criada no ano de 2011, foi resgatar os depoimentos das vítimas da ditadura militar. Esse esforço em parte tem como intuito conservar as memórias desse momento da nossa história que, por conta da repressão política, teve a sua transmissão inviabilizada.

Halbwachs apresenta essa dinâmica anteriormente exposta com base no exemplo das lembranças da escola que poderíamos estender seu argumento para o caso da geração de jovens que teve alguma relação com a Universidade de Brasília em tempos de ditadura militar. O exemplo baseia-se na dinâmica de pertencimento a um grupo educacional, nesse caso, os estudantes universitários. Os colegas de curso passam determinado período de tempo em convívio, conservam e criam memórias coletivas por

meio da dinâmica de dados ou noções comuns entre os indivíduos e a durabilidade das suas relações sociais entre eles, conforme apresentamos anteriormente. Este grupo passa a reforçar determinadas memórias. Por exemplo, ao lermos os relatos de estudantes da Universidade de Brasília são bastante frequentes entre eles as lembranças de alguns fatos comuns. De modo geral, lembram-se das invasões ao campus universitário, a repressão ao pensamento divergente realizada pelos militares e o cerceamento das liberdades individuais.

Dessa forma, essas memórias baseiam-se em fatos relevantes para o grupo, no qual são reiteradas por meio das relações sociais que conservam entre si durante determinado período de tempo. Essas relações duram até aqueles indivíduos ultrapassarem a situação de conexão entre eles. Por exemplo, pensando na lógica de permanência no ambiente acadêmico que geralmente implica em escolhas de carreiras e, essencialmente, baseia-se em um tempo de estadia limitado dos estudantes no ambiente universitário, o desmembramento dos grupos que se formam nas dependências da universidade aparece como um caminho natural. Salvo em casos de criação de associações de ex-alunos que pode trazer de volta esses vínculos entre os estudantes.

Assim sendo, as memórias que antes constituíam parte integrante para aquela coletividade e estavam presentes nas interações sociais que conservavam entre si, com o passar do tempo, de certa maneira, fragilizam-se. Pois a ligação entre o grupo (ou seja, suas relações sociais), a perda do quadro de referência (perda por conta da ausência das relações sociais entre os participantes do grupo), ou seja, a natureza social daquela memória, tende ao desaparecimento. Como afirma Halbwachs:

“[...]Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém uma memória coletiva mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles desapareceu.”⁶⁹

⁶⁹ Halbwachs, Maurice. “A Memória Coletiva”. São Paulo. Editora Vértice, 1990. Pp.34.

Por esse ângulo, o conceito de geração⁷⁰ desenvolvido por Karl Mannheim (1893-1947) contribui para entendermos melhor essa lógica de transmissão de memórias dentro das gerações. O fator geracional das memórias é fundamental neste trabalho, pois a própria produção de biografias, teses, produções culturais, tem como objetivo dar certa continuidade para determinadas memórias de algumas gerações. Observamos isso no caso da ditadura militar brasileira, onde existiu uma ampla produção cultural dedicada a rememorar os fatos que aquela geração vivenciou.⁷¹

No caso das ditaduras militares, em especial no caso estudado neste trabalho relacionado à Universidade de Brasília, observa-se um empenho na transmissão daquela geração que vivenciou o momento autoritário no Brasil. Os fatos ocorridos durante o período militar são rememorados com grandes esforços, mas durante um longo período de tempo essa tarefa ficou relegada a familiares e estudantes que sobreviveram a esse período de repressão.

Podemos citar como exemplo o caso de Maria Rosa Guimarães, mãe do estudante da Universidade de Brasília e considerado desaparecido político, Honestino Guimarães que foi homenageado ao dar nome ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade tem o seu nome. Durante muitos anos a mãe de Honestino Guimarães buscou, por meio da participação política em grupos como o *Tortura Nunca Mais* e pela produção de livros (*Honestino: duas vidas, uma personalidade* e *Honestino: o bom da*

⁷⁰ Karl, Mannheim. "O problema sociológico das gerações". Em: *Sociologia / organizadora da coletânea Marialice Mencarini Foracchi ; [tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes; seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes]. - São Paulo Ática, 1982. Pp. 67-96*

⁷¹ Martins Filho, João Roberto. "A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares." *Varia História* 28 (2002): 178-201. Neste artigo, Martins Filho mostra o empreendimento que tanto os militares como os militantes do período da ditadura militar colocaram-se a fim de relatar o seu ponto de vista da história. Dessa forma, o autor mostra como as produções culturais serviram como instrumento para a manutenção de determinadas memórias da ditadura militar brasileira, principalmente por meio dos best-sellers, por exemplo, as memórias do sargento Brilhante Ustra e o livro que em seguida tornou-se filme "O que é isso companheiro?" de Fernando Gabeira.

amizade é a não cobrança) dedicados a memória do seu filho, em alguma medida a transmitir a experiência daquele período.⁷²

A ideia de transmissão das memórias de uma geração para a outra encontra alguns percalços para a sua realização. No caso da ditadura, as limitações maiores foram relacionadas à limitação imposta pelo grupo no poder da época. O cerceamento das memórias coletivas do ponto de vista dos militantes políticos baseou-se essencialmente no medo das ações do Estado. Somente com a redemocratização abriu-se espaço para o desvelamento dessas memórias, principalmente com as Comissões de Verdade que dão centralidade à vítima e possibilitam, por meio do relato, a sua versão da história.

Por esse motivo, o conceito de geração de Karl Mannheim é particularmente rico para a compreensão da transmissão da memória coletiva entre as gerações. Para Mannheim o conceito de geração envolve não somente fatores biológicos e de contemporaneidade entre os indivíduos, mas, antes, depende da possibilidade de adquirirem experiências e vivências em conjunto, ou seja, a potencialidade de experimentarem os mesmos acontecimentos.

No caso da Universidade de Brasília a experiência que serve como referência para a geração que fez parte do corpo universitário na década de 60 e 70 é:

“A vivência comum da não-democracia é, portanto, apenas o pontapé inicial que conecta as experiências que são objeto de reflexão e que permitem-nos ser como cada povo soube, de modo mais ou menos completo, trabalhar seu passado.”⁷³

Nos relatos obtidos no relatório final da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) a vivência da não-democracia marcou os jovens que frequentaram a

⁷² Ver <http://unb2.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7079> reportagem em: Último acesso em: 24 de outubro de 2013.

⁷³ Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Pp. 14.

Universidade durante o período militar. O fato de estarem inseridos em um contexto não-democrático também propiciou memórias coletivas ligadas à arbitrariedade do Estado.

A geração que sofreu com as experiências do regime militar na Universidade de Brasília teve como fator limitador a ausência de canais comunicativos que permitissem a possibilidade de transmissão de suas experiências na Universidade de Brasília. Somente com a lei de criação das Comissões de Memória e Verdade houve um esforço por parte do Estado brasileiro para além de reconhecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, também permitir às vítimas que relatassem o seu ponto de vista da história da ditadura. Dessa maneira, institucionalizou-se o reconhecimento do Estado brasileiro diante das violações de direitos humanos ocorridas na ditadura.

A geração que vivenciou o regime militar não pode dar continuidade a seus quadros sociais (quadros de referência), pensando na lógica argumentativa de Halbwachs. O que observamos com base nos relatos e na bibliografia consultada é que essas memórias foram cerceadas pelo Estado de exceção, não havendo, dessa forma possibilidade de combaterem a versão hegemônica de memória imposta pela ditadura.

A memória coletiva de um grupo que foi perseguido pela ditadura militar não foi aceita como uma memória coletiva válida, em especial, durante a ocorrência do regime militar nos anos de 1964 a 1985. Portanto, aquela geração que vivenciou o contexto ditatorial teve seus quadros de referência de memórias desmobilizados. Naquele momento, não havia nenhuma tolerância a um modo de pensar que não estivesse em conformidade com o do Estado ditatorial.

Nesse sentido, observamos então a tentativa não só de limitar narrativas divergentes naquele período mas, também, a busca pela criação de uma memória daquele momento. O grupo dominante tende a impor-se como o senhor da memória, decidindo o que pode ou não ser lembrado.

Após longos 21 anos a democracia brasileira respirou novamente. Os quadros sociais de memória coletiva com o passar dos anos não estariam intactos. Os membros da comunidade acadêmica seguem rumos diferentes, formam-se, mudam-se de cidade, distanciam-se daquele ambiente que antes dava a liga de sustentação para o grupo, nesse

caso o ambiente universitário, e outros, os casos mais graves, foram totalmente impossibilitados de contribuírem com essa memória. Aqui lembramos os casos dos três estudantes da Universidade de Brasília que desapareceram em diferentes anos na Universidade de Brasília: Tarso Celestino da Silva, 1971, Honestino Guimarães, 1973, Ieda Santos Delgado, 1974.

Uma crítica possível ao trabalho de Halbwachs diz respeito às influências externas aos quadros sociais de memória, no sentido de uma interferência no seu próprio modo de funcionamento normal. No caso da ditadura militar, o que observamos foi que as memórias dos grupos sociais existentes naquele contexto e que contrariavam o modo de pensar oficial da ditadura militar eram majoritariamente cerceadas.

Essa ausência de memórias coletivas divergentes no contexto da ditadura são evidenciadas com os próprios trabalhos das Comissões de Memória e Verdade. Os relatos das vítimas do regime militar surgem como uma alternativa de recomposição das memórias daquele período. Uma tentativa de resgate das memórias coletivas daquela geração.

E onde estaria aquela geração que foi afetada pelo Estado de exceção da época? A memória geracional daqueles indivíduos, com base na lógica proposta por Halbwachs, encontrar-se-ia então em risco, já que os grupos de referências que estavam presentes naquele contexto tendem a desaparecer pela própria finitude biológica do indivíduo. Nesse sentido, o trabalho de Mannheim se mostra de maior importância por apontar que os mecanismos que definem uma geração estão além dos relacionados aos aspectos biológicos dos indivíduos que compõem essa geração.

Mannheim apresenta o problema da compreensão do conceito de geração como também um problema da transmissão das experiências das gerações. Nessa lógica, a discussão do próprio conceito de geração serve como cenário para a discussão da mudança social ou da transição entre as próprias gerações.

Como dito, a qualidade biológica da geração tem grande importância de esclarecimento pelo próprio fato de a geração ter características como finitude (por conta da limitação biológica dos indivíduos), e a sua localização centrada numa

“situação comum na dimensão histórica do processo social”⁷⁴, e sua dependência das experiências vivenciadas no coletivo, implicam que transmissão dos elementos representativos dessa geração se mostra como problema a ser enfrentado por qualquer grupo. Na visão mannheiminiana é “transmitir continuamente a herança cultural acumulada” passa a ser fenômeno básico de toda sociedade.⁷⁵

Ao apresentar quais os efeitos dessa transmissão cultural pelas gerações, tendo como alicerce as características mencionadas anteriormente, Mannheim aponta que a transmissão somente promove efeitos significativos caso a experiência transmitida e incorporada esteja associada de maneira relevante ao presente. Para explicar melhor essa dinâmica o autor mostra dois tipos de memórias: a) modelos conscientemente conhecidos, pelos quais os homens amoldam sua conduta b) como padrões inconscientemente “condensados”, meramente implícitos ou virtuais.

Consequentemente, para a realização transicional entre as gerações as sociedades utilizariam de outros mecanismos para transmitirem determinadas memórias coletivas. E um dos fatos mais importantes é fazer os fatos rememorados terem sentido para o presente. Essa preocupação podemos observar nas recomendações feitas pela Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV) que diz “a criação de Memoriais (ou outro elemento simbólico análogo) em memória das vítimas da ditadura é em homenagem aos que combateram nas universidades”⁷⁶. Em vista disso, tem-se como objetivo significar os fatos do passado para a geração do presente. Uma questão que fica diz respeito à efetividade desse tipo de transmissão.

Finalizando a discussão desta seção, vale mencionar que o foco nas relações sociais, principalmente presente na associação entre indivíduo e grupo, presente na

⁷⁴ Karl, Mannheim. “O problema sociológico das gerações”. Em: Sociologia / organizadora da coletânea Marialice Mencarini Foracchi ; [tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes; seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes]. - São Paulo Ática, 1982. Pp. 67-96.

⁷⁵ Idem. Pp.74.

⁷⁶ Ver Reportagem em: <http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9008> último acesso em 24 de outubro de 2016. A Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade realizou ao todo 12 recomendações todas relacionadas a aspectos reparatórios e educacionais.

argumentação de Maurice Halbwachs, são de extrema importância para a compreensão de memória coletiva. Diante de toda exposta fica bastante claro como o autor pensa o conceito de memória coletiva e como pode contribuir para pensarmos as memórias coletivas da Universidade de Brasília.

Esse é o grande avanço da obra de Halbwachs: relacionar o indivíduo ao grupo no que se refere ao tema da memória. Nas palavras de Nascimento e Sepúlveda: “O grande mérito do trabalho de Halbwachs, portanto, é mostrar que a memória individual não é distanciada da memória coletiva.”⁷⁷

Embora a importância do trabalho de Maurice Halbwachs não se encerre na formulação do termo e a abertura para o debate nas ciências sociais acerca do tema da memória coletiva. Alguns elementos em sua obra são passíveis de questionamentos, principalmente na questão relacionada a influências políticas na formação de memórias coletivas. Tentaremos em parte responder a questionamentos que transitam nesse sentido na próxima seção ao expormos as contribuições teóricas de Walter Benjamin.

⁷⁷ Araujo, Maria Paula Nascimento, e Myrian Sepúlveda dos Santos. "História, memória e esquecimento: Implicações políticas." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 79 (2007): 95-111. Pp. 97.

3.2. A PRÁTICA DE REENCONTRO COM O PASSADO: A MEMÓRIA EM WALTER BENJAMIN

Nesta seção discutimos as questões referentes ao tema da memória em Walter Benjamin. Como o título desta seção já aponta, as reflexões benjaminianas acerca do tema da memória têm como fundamento o exercício da prática do reencontro com o passado. Desta forma, para o autor deve-se analisar os fenômenos relacionados ao lembrar e esquecer social com base numa postura crítica à própria concepção de História. A história vigente do ponto de vista benjaminiano não contemplaria as memórias dos “perdedores”, ou seja, trata-se de uma construção narrativa unilateral que silencia os subjugados.

Por esse motivo, busca-se uma concepção de história em que seja dado um maior valor àqueles segmentos da sociedade que foram vencidos, invisibilizados e tiveram suas memórias reprimidas. Nesse sentido, o olhar para o passado está orientado pela busca do “ponto de vista dos vencidos”.

Para melhor responder à questão de como Walter Benjamin concebe as reflexões sobre a memória, utilizamos os trabalhos do autor que entram em diálogo nesta pesquisa, tais como: *Sobre o conceito de História, Experiência e Pobreza, Sobre alguns temas em Baudelaire e A imagem de Proust*. De qualquer maneira, vale mencionar que, por conta da amplitude dos trabalhos de Walter Benjamin, podemos encontrar reflexões ou *insights* sobre o tema em outros textos, entretanto, focaremos as quatro obras supracitadas para abordarmos o tema com maior profundidade.

Os trabalhos intelectuais de Benjamin situam-se no contexto de produção do início do século XX até meados do século, especificamente no ano de 1940, ano de sua morte. Dessa forma, a produção intelectual de Benjamin está profundamente influenciada pelo cenário europeu do século XX. A experiência das duas guerras mundiais, o totalitarismo, a perseguição aos judeus, foram elementos marcantes que influenciaram sua obra.

Uma das chaves para compreendermos o argumento de Benjamin é localizar sua reflexão no que tange ao tema da transição das sociedades de um contexto “tradicional” para o “moderno”. Esse argumento alicerça a reflexão da perda da capacidade de transmissibilidade da experiência.

No texto *Experiência e pobreza*, Benjamin diz:

“[...] Uma geração que ainda fora à escola num bonde puxado por cavalos viu-se sem teto, numa paisagem diferente em tudo, exceto nas nuvens, e em cujo centro, num campo de forças de correntes e explosões destruidoras, estava o frágil e minúsculo corpo humano.”⁷⁸

Para Benjamin, essa conjuntura transitória da sociedade “tradicional” para a modernidade implicava uma série de consequências problemáticas, a exemplo da atrofia da capacidade narrativa, a incapacidade de transmissão de experiências que implicam uma falta de conexão do presente com o passado. Nesse sentido, a experiência tem seu valor associado à prática de rememoração em Benjamin. A atrofia da capacidade de narrar uma experiência indica o distanciamento com as memórias do passado, por esse motivo, no contexto moderno a transmissibilidade das memórias encontra dificuldades e propicia um terreno fértil para o surgimento de uma concepção de História “homogênea e vazia”.⁷⁹

Em relação a sua crítica à concepção de História podemos compreendê-la como a busca por alternativas às histórias oficiais pautadas somente na visão daqueles que saíram vencedores no processo histórico. Esta história oficial baseia-se no ponto de vista único, advoga em favor de uma uniformidade social e mitiga as diferentes versões existentes para o mesmo fato.

Como vimos nas seções anteriores, há um grande esforço dos grupos dominantes em aplicar sua versão da história, criando uma versão “destorcida” dos fatos. Bem como, os militares tentaram promover sua versão dos fatos ocorridos no pós 1964 alheia a qualquer tipo de pensamento discordante à época, como se se tratasse de uma história

⁷⁸ Benjamin, Walter, 1892-1940. ” Experiência e Pobreza”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012. Pp.124.

⁷⁹ Benjamin, Walter, 1892-1940. ” Sobre o conceito de História”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012 P. 249.

unilateral. As memórias dos militantes políticos opositores ao regime militar não tinham visibilidade. O cerceamento dos testemunhos das vítimas foi uma das práticas mais recorrentes para a realização desse objetivo, prática que somente perdeu espaço com o reestabelecimento democrático em meados da década de 80.

Nesse sentido, podemos observar a importância dos testemunhos das vítimas como uma alternativa crítica à história “oficial”. No caso da ditadura na Universidade de Brasília, os relatos das vítimas do regime militar apontam para uma outra versão da história que até então encontrava-se em segundo plano, valorizava-se socialmente mais a versão dos militares de que os atos cometidos foram “necessários” e “justificados” pela conjuntura histórica. Os testemunhos das vítimas emergem para se contraporem à versão oficial dos fatos.

“O testemunho é uma modalidade da memória. Se os estudos sobre o testemunho – no seu sentido não mais religioso ou meramente jurídico, mas antes como uma busca de se ler na cultura as marcas das catástrofes do século XX – se desenvolveram nas últimas décadas é porque ocorreu neste período uma virada *culturalista* dentro das ditas ciências humanas. Nesta virada a memória passou a ocupar um lugar de destaque, submetendo a quase onipresença da historiografia no que tange à escritura de nosso passado. Neste período também a própria historiografia se abriu aqui e ali à influência dos discursos da memória, como vemos em trabalhos de história que introduzem procedimentos da história oral ou nos que se abrem também ao trabalho com imagens.”⁸⁰

Os trabalhos de Walter Benjamin orientam-se nesse sentido. Procura-se compreender não apenas as memórias vigentes na sociedade, mas também aquelas memórias que estão ausentes no cenário social, busca-se compreender as memórias que se encontram nos subsolos das memórias coletivas, ou seja as dobras da memória. Exemplo disso são as memórias de conjunturas ditatoriais, como ocorridas na América Latina no último século.

⁸⁰ Seligmann-Silva, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Pp.73-74.

Os testemunhos das vítimas da ditadura militar na UnB contrapõem-se à memória “oficial” do regime militar. Essa oposição à memória “oficial” do regime tem sua importância reservada a vários aspectos, como o auxílio no reestabelecimento da normalidade democrática no país, a possibilidade de se fazer justiça às vítimas e oferecer à sociedade um outro ponto de vista para os fatos que aconteceram. Durante muitos anos, a representação promovida pelos militares foi a hegemônica na sociedade. Essa representação referente às memórias desse período ainda tem ressonâncias no cenário atual.

Um caso relacionado à história da Universidade de Brasília explicita essa permanência das memórias dos militares na sociedade. Em Brasília o último monumento que ainda homenageava um ditador militar era uma importante ponte chamada Costa e Silva. Por pressão de alguns segmentos da sociedade e com base numa das recomendações da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV), no ano de 2015, após um longo período de negociações o nome da ponte foi mudado para o nome de um mártir da luta pela democracia, Honestino Guimarães.

Porém, a partir da mudança de nome a placa de indicação da ponte passa a ser palco de uma série de manifestações contrárias ao seu novo nome. Com manifestações de pequenos grupos favoráveis à versão da história dos militares a ponte passa a ser pichada com os dizeres “Costa e Silva esse é o nome!”⁸¹.

Esse caso demonstra que a promoção de memórias coletivas sobre o período militar do ponto de vista dos militares foi em grande medida efetiva na sociedade brasileira. O repúdio às vítimas do regime militar aponta para o êxito dos militares na criação de memórias daquele período. Para uma parte da população a memória daquele período é a memória afirmada pelos militares.

⁸¹ Ver reportagem em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/09/28/interna_cidadesdf,550790/um-ano-depois-ponte-de-acesso-ao-lago-sul-esta-a-espera-de-um-nome.shtml último acesso em 25 de outubro de 2016. Nesta reportagem, divulga-se a notícia que 8 pessoas entraram com ações judiciais contra a mudança no nome da placa. E por conta desse imbróglio judicial a justiça determina a suspensão da lei de mudança no nome da ponte. Um dos argumentos usados é “único objetivo (em relação a lei de alteração) apagar a lembrança do presidente Costa e Silva e reduzir sua importância”.

Na memória coletiva do ponto de vista dos militares, as violações de direitos humanos, prisões, torturas e mortes aparecem com uma espécie de “necessidade” para o momento. Os partidários desse tipo de memória coletiva do período demonstram certa leniência com esses fatos. Até mesmo o repúdio pelas figuras emblemáticas do período militar, como Honestino Guimarães, está centrado na imposição de uma memória pejorativa sobre os militantes políticos da época.

Dessa maneira, a crítica de Benjamin relacionada ao acesso às experiências do passado ganham contornos de urgência, principalmente nos contextos totalitários. Aqui, a própria ideia de experiência do autor direciona-nos para uma parte do problema. Quando a experiência não consegue ser transmitida encontra-se um terreno propício para manipulações ou distorções das memórias coletivas.

Assim como Halbwachs, Benjamin também demonstra preocupação com a perda dos grupos de referências e suas consequências problemáticas para o tema da memória. Porém, o foco do autor está relacionado às narrativas que antes eram transmitidas no seio da família e dos grupos de referência por meio do relato oral.

As experiências comunicáveis que antes eram permitidas por meio do relato oral, com o cenário de mudança social descrito por Benjamin apresentam-se em baixa. Para Benjamin: “Sabia-se antes também exatamente o que era experiência: ela sempre fora comunicada pelos mais velhos aos mais jovens.”⁸²

Uma das tentativas de transmissão das memórias referentes à ditadura militar brasileira são os projetos culturais promovidos pela Comissão de Anistia. Esses projetos pretendem realizar “disseminação e promoção da memória política brasileira referente ao período de repressão ditatorial a partir da implementação de políticas públicas de memória”.⁸³

82 Benjamin, Walter, 1892-1940. “Experiência e Pobreza”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012. Pp.123.

83 *Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal.* -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Pp.66.

As políticas de memória visam tentar trazer à *geração* atual uma nova leitura das memórias do regime militar. Em parte, o trabalho da Comissão de Anistia visa criticar as versões distorcidas da história e transmitir uma experiência significativa, principalmente aos mais jovens, que os ligue ao passado e façam com que essa experiência adquirida torne-se uma atividade de reflexão. Dessa maneira

“Buscando romper com a cultura do silêncio e promover o exercício crítico de reflexão quanto à perpetuação de práticas autoritárias e abusivas nos dias atuais, as ações do Projeto educativo têm-se revestido em instrumento valioso para propiciar espaços de reconhecimento de saberes que se contraponham aos consensos dominantes, possibilitando a articulação de temas políticos e sociais do passado e do presente de modo a compreender que a história faz parte do hoje e do amanhã”⁸⁴

Preocupação em problematizar a história da ditadura militar também está contida nas recomendações da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV), principalmente nas recomendações IV, V, VI, IX, XI e XII.

Nas recomendações da CATMV a importância das memórias do período ditatorial pelo ponto de vista das vítimas permanece bastante evidente. Essa importância fica presente em vários momentos, na recomendação número V, em que enuncia “incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática A ditadura Militar no Brasil e a Violação de Direitos humanos (...)”. Ou na recomendação V onde lemos “Criação de um memorial (ou outro elemento simbólico análogo) na UnB, em memória das vítimas da ditadura e em homenagem aos que a combateram.”, e na recomendação VI que diz “mudança de nome dos logradouros que atualmente homenageiam próceres da ditadura militar (...)”.⁸⁵

⁸⁴ Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Pp.70.

⁸⁵ Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015. Pp.296-297.

Dessa forma, observa-se uma tentativa em transmitir as experiências e uma memória coletiva daquele período, por meio da criação de lugares de memória e por meio da construção narrativa baseada nos testemunhos das vítimas.

O problema da transmissão da experiência é um dos alicerces da reflexão de Benjamin acerca do tema da memória e história. Se por um lado temos o diagnóstico de uma tendência à perda dos grupos de referência que, em um contexto social anterior, transmitiam aquelas experiências socialmente relevantes para o grupo (como as experiências transmitidas pelo relato oral pelos mais velhos do grupo), o contexto moderno se caracterizaria pelo contrário. A modernidade é caracterizada pela pobreza de experiência segundo Benjamin.

Com a perda dos grupos de referência, que antes tinham o papel de transmitir experiências aos indivíduos, o suporte para a memória coletiva recebe um primeiro abalo. Lembrando os trabalhos de Halbwachs, o suporte para a memória coletiva depende tanto dos grupos pregressos como dos atuais. Nesse sentido a própria ideia de desenraizamento dos grupos de referência conecta-se à ideia de atrofiamento da capacidade narrativa, o que é um dado relevante para se compreender o momento presente.

Segundo Frochtengarten:

“[...] A contemporaneidade entre a formulação do conceito de desenraizamento e as reflexões sobre o decaimento da narração não é casual. As circunstâncias que ameaçam as raízes da participação dos homens na vida comunitária igualmente ferem as modalidades de relacionamento apoiadas sobre a narração. São condições que prejudicam a memória social.”⁸⁶

Essas condições pouco propícias para a transmissibilidade da experiência fundamentam a reflexão crítica de Benjamin, principalmente tendo em vista a fragilidade da memória coletiva passa no contexto moderno. Ao argumentar sobre o

86 FROCHTENGARTEN, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005. Pp.370.

tema da memória, Benjamin discorda justamente dos intelectuais da época que advogavam em relação ao tema da memória pelo viés puramente individual ou psicologizante.

Nesse sentido, Benjamin procurou estabelecer diálogo com a obra *Matière et memoire*, de Henri Bergson. Benjamin o critica principalmente por não especificar historicamente a memória e não contextualizá-la numa lógica cultural. Além disso, segundo Benjamin, Henri Bergson balizaria suas interpretações por basear-se em um modelo da biologia e daria muita ênfase aos processos individuais da memória não reconhecendo, assim, seu lado coletivo. Vale ressaltar que Walter Benjamin tem grande inspiração em dois autores: Marcel Proust, no seu *Em busca do tempo perdido*, e Sigmund Freud em *Além do princípio de prazer*.

Mesmo mantendo um posicionamento contrário às proposições de Bergson, pois na leitura de Benjamin as reflexões bergsonianas tinham certos elementos evolucionistas e progressistas, que Benjamin repudiava plenamente, via um caminho mais interessante à ideia de memória involuntária de Proust. Nas palavras de Benjamin:

“[...]Pode-se considerar a obra de Proust, *À La Recherche du Temps Perdu*, a tentativa de produzir artificialmente, nas condições sociais hodiernas, a experiência como foi entendida por Bergson.(...) De resto, Proust não foge, em sua obra, à discussão desse problema. Ao contrário introduz um momento novo que contém uma crítica imanente a Bergson. Este não se descuida de sublinhar o antagonismo entre a *vita activa* e a *vita contemplativa* particular que é patenteada pela memória.”⁸⁷

Contudo, deve-se destacar que a leitura relacionada ao tema da memória realizada por Benjamin deve ser entendida dentro da importância do trabalho de Bergson. Os distanciamentos entre a perspectiva psicologizante da obra de Bergson e a busca por uma compreensão social da memória realizada por Walter Benjamin deve ser marcada como uma diferença estrutural entre os autores. Porém, a influência dos

87 Benjamin, Walter. “Sobre alguns temas em Baudelaire”. In: *Textos escolhidos*. São Paulo : Abril Cultural, 1980. Pp. 30.

trabalhos de Bergson tem importância fundamental para pensar como o novo só é possível com o velho e que apenas o passado o tornaria plenamente capaz, segundo Barbosa e Prysthon.⁸⁸

Nessa perspectiva observamos um esforço para trazer o debate da memória para o contexto da memória social, assim como realizado na obra de Maurice Halbwachs. Na obra de Benjamin a contextualização social da memória tem como elementos constitutivos dessa memória social as implicações do contexto da modernidade: tais debates vão se materializar no texto “Teses sobre o conceito de História”⁸⁹, que, segundo nossa interpretação, é um dos ensaios mais importantes do século passado.

O texto sobre o conceito de história consolidou-se como bibliografia fundamental para a pesquisa em memória principalmente por problematizar os silêncios, esquecimentos e o papel da própria história como ciência responsável em desvelar as atrocidades cometidas no passado. Por esse motivo, Benjamin pretende radicalizar o que para ele era “uma concepção de história insustentável”. Esse trabalho é especialmente promissor para pensarmos as memórias de momentos de exceção, como o período militar no Brasil. No caso da Universidade de Brasília, a insuficiência da história no que tange à transmissão dos fatos ocorridos, principalmente pelo ponto de vista das vítimas do regime militar, é bastante evidente.

No caso das ditaduras militares, observamos uma tentativa dos segmentos que estão à frente do poder de afirmar o seu ponto de vista da história, dessa maneira, excluindo os pontos de vista que divergem do ponto de vista oficial. No caso do Brasil, após o estabelecimento do golpe de 1964 o regime militar buscou afirmar que o que havia ocorrido naquele ano não teria sido um golpe de Estado, mas sim uma revolução. Essa versão ganhou status de documento histórico, primeiramente, ao aparecer no prefácio do Ato Institucional Nº 1 redigido pelos militares e, em seguida, passou a ser a

88 BARBOSA, André Antônio; PRYSTHON, Angela Freire. Uma política do passado: a história em Benjamin, a memória em Bergson. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 15, n. 1, p. 3-12, 2012. Pp. 11.

89 Nas traduções para o português podemos observar a existência de dois títulos para o texto. Encontramos esta obra traduzida tanto “Sobre o conceito de História” ou “Teses sobre o conceito de História”.

principal tese defendida pelos grupos militares e seus apoiadores. A tese oficial dos militares, mesmo hoje, 31 anos após o fim do regime militar a ainda tem repercussão.

As preocupações Benjaminianas referentes ao saber histórico, principalmente a sua capacidade de transmitir em parte as experiências humanas, conseguem alcance explicativo ao contextualizar a questão no sentido da gestão social daquilo que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Cruza-se com esse tema a questão da redenção que em Benjamin, segundo Michael Löwy nas *Teses Sobre o Conceito de História* aparece como “Redenção sobretudo enquanto rememoração histórica das vítimas do passado”⁹⁰

Como observamos no caso da Universidade de Brasília a busca pela rememoração das vítimas do passado ganhou mais um capítulo com o estabelecimento das Comissões de Memória e Verdade.

De certa maneira, a rememoração do ponto de vista das vítimas da ditadura militar busca contrapor-se à versão oficial da história que ainda permanece presente tanto na sociedade brasileira, como também presente na comunidade acadêmica da UnB.

A pesquisadora Analu Fernandes, em seu trabalho *Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB* apresenta dados obtidos por meio de análise qualitativa de questionários aplicados entre estudantes da UnB no ano de 2012. Foram entrevistados 267 alunos da Universidade com idade entre 16 e 50 anos dos cursos de Ciências Exatas, Humanas e Saúde. Os estudantes foram perguntados sobre o que conhecem a respeito da ditadura militar brasileira. As conclusões que a pesquisadora chegou com as respostas é que, de modo geral, as memórias dos estudantes sobre aquele período coadunam com a versão oficial oferecida pelos militares.⁹¹

90 LÖWY, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história". Boitempo Editorial, 2015. Pp.49.

91 FERNANDES, Analu. *Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB – Brasília*, 2013. Pp. 161-162.

“A palavra 'necessário' foi bastante utilizada para descrever o regime dos generais. E a frase 'foi um mal necessário' – a qual foi usada com o mesmo intento – sintetizou, afinal, a Memória Coletiva dos estudantes de graduação da Universidade de Brasília sobre a ditadura militar brasileira de 1964-1985.”⁹²

Assim, podemos observar que a memória coletiva do ponto de vista dos militares conseguiu estar presente até mesmo nas gerações que sucederam após o fim do regime militar. Em parte, a explicação para a manutenção dessas memórias coletivas pode ser vislumbrada com os trabalhos de Benjamin. A memória coletiva que os militares ofereceram durante os 21 anos de ditadura no Brasil tem ligação intrínseca com um modo próprio de se contar a história sobre o período.

A pesquisa citada anteriormente é bastante esclarecedora e aponta para a emergência das preocupações benjaminianas acerca do modo como contamos a história. Ela está ao lado de vencedores ou vencidos?

As conclusões obtidas com o trabalho de Analu Fernandes são bastante reveladores do processo de afirmação e negação de memória no contexto de ditadura militar. A resistência em relação ao governo não-democrático na Universidade de Brasília foi marcante para a geração daquele período. Porém, tal geração não conseguiu transmitir suas experiências de forma mais plena. Como tentamos demonstrar nesse trabalho, houve um grande esforço por parte dos militares para silenciar as memórias dos militantes políticos desse período e, conseqüentemente, a construção de uma memória coletiva que exclua essas memórias divergentes.

A repressão dos militares, para além das atrocidades cometidas no escopo das mais variadas violações dos direitos humanos, também cerceou a possibilidade de narrar os fatos. Sabe-se que:

“um dos principais danos causados à sociedade é a criação de uma versão oficialista da história que trata de ocultar a

92 FERNANDES, Analu. Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB – Brasília, 2013.Pp.162.

verdade sobre os fatos do passado e manipular informações. No caso brasileiro esta versão está calcada no suposto crescimento econômico atingido pelo país no período ditatorial, nas teses de que o golpe militar foi fruto do clamor popular que “exigia” a deposição do ex-presidente João Goulart, de que o regime impediu a tentativa comunista de conquistar o Brasil e de que a ditadura não foi “tão dura assim” e não atingiu a amplos espectros sociais no Brasil, não havendo que falar em atrocidades e abusos cometidos pelo Estado.”⁹³

Por esse motivo, a concepção Benjaminiana de “escovar a história a contrapelo” tem um duplo caráter teórico. O primeiro pretende valorizar as memórias, narrativas e histórias daqueles que não tiveram a oportunidade de dar o seu relato. Por exemplo, no caso das memórias da ditadura que durante um longo período permaneceu nos subsolos das memórias em que os fatos ocorridos naquele período encontravam-se longe de qualquer pauta pública. E o segundo elemento da teoria benjaminiana é o da desconfiança perante os fatos históricos que se encontram cristalizados nos relatos hegemônicos. Como já diz Walter Benjamin: “Nunca houve um documento da cultura que não fosse simultaneamente um documento da barbárie. E, assim como o próprio bem cultural não é isento de barbárie, tampouco é o processo de transmissão em que foi passado adiante.”⁹⁴

93 Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010. Pp.67-68.

94 Benjamin, Walter, 1892-1940. “Teses sobre o conceito de história”. Em: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012. Pp.245.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos elementos apresentados ao longo desta monografia, a relação entre a Universidade de Brasília e a ditadura militar estabelece-se com base entre o discurso oficial oferecido pelos militares, com fundamento na tese de “revolução de 1964”; e a visão discordante de alunos/militantes que compreende os fatos ocorridos no ano de 1964 como um golpe militar.

Essas duas memórias diferentes sobre o mesmo fato representam a dinâmica social das memórias que permaneceram na sociedade brasileira. Por parte dos militares, como tentamos demonstrar ao longo este trabalho, houve uma busca incessante pelo silenciamento das narrativas discordantes da versão hegemônica. Tentamos demonstrar por meio da análise do Ato Institucional N° 1 em que a tese oficial do regime militar primeiramente apareceu. Neste documento, a tese da “revolução de 1964” é afirmada, não havendo, assim, possibilidade de que a história do período fosse contada de outra maneira.

O ponto de vista crítico a essa visão da história vem à tona com maior força com o fim do período ditatorial e início do processo de redemocratização do país. As narrativas das vítimas da ditadura, nesse sentido, têm um caráter de dupla importância. Primeiramente, por ser a base para uma transição democrática em que as memórias subsidiam a reflexão em relação ao momento de Estado de exceção; e em segundo lugar por oferecer por meio do relato do ponto de vista das vítimas compreender uma nuance da ditadura que foi silenciada pelo grupo que se manteve no poder entre 1964 e 1985.

Assim, a importância desta monografia é a reflexão sobre os confrontos sociais pelas memórias da ditadura militar, propondo uma crítica à versão oficial dos militares baseada nos relatos das vítimas da ditadura. Nesse sentido, as memórias da ditadura na Universidade de Brasília, demonstram como houve uma permanência da versão oficial da ditadura nas gerações que sucederam a esse momento histórico nacional, prevalecendo sobre as memórias dos vencidos.

A divisão deste trabalho visa apontar os conflitos sociais existentes desde as formulações das primeiras ideias referentes ao que viria a ser a UnB, passando pelos percalços diretamente causados pela emergência da ditadura no Brasil. Assim, buscou-se demonstrar a relação entre as mudanças políticas da época e as influências na UnB.

No primeiro capítulo buscou-se situar o plano de construção da Universidade de Brasília no contexto de criação da nova capital federal. Nesse sentido, procuramos demonstrar como a própria criação da UnB deu origem a um receio em parte dos segmentos políticos da época, pois temia-se a proximidade de uma Universidade nas imediações da nova sede do governo.

Também por parte das camadas mais conservadoras da sociedade, dessa vez, vinculadas a aspectos relacionados à educação brasileira, criticavam as mudanças na educação superior promovidas por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Nesse sentido, a deslegitimação do projeto foi feita de maneira pessoalizada e direcionada aos dois intelectuais que estavam à frente do projeto à época.

Assim, o projeto da Universidade de Brasília desenvolvido por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira encontrou pela frente os mais diversos infortúnios para sua concretização. Porém, com a entrada dos militares no poder por meio do golpe de 1964, a obstrução do projeto da UnB passa a ser pauta do governo militar. O repúdio à Universidade, em grande medida, tanto a celeridade como a força com que a repressão militar recaiu sobre esta Universidade.

O temor que precedeu o golpe de 1964 envolvia uma conjuntura política e social mundializada. O receio do alinhamento do Brasil com o bloco encabeçado pela URSS no contexto de guerra fria é apontado como um dos estopins para o golpe de 64. Nos próprios discursos do presidente do Brasil naquele ano, João Goulart, observava-se certa empatia ao combate de problemas estruturais da sociedade brasileira, por exemplo, as chamadas reformas de base. Nessa inclinação do então presidente viu-se um sinal claro de ordenamento com o lado soviético. Segundo a narrativa oficial a “revolução de 1964”, essencialmente, veio para eliminar essa possibilidade.

O impacto da ditadura militar é mais bem explorado na seção reservada para as memórias da ditadura militar na UnB. O que se passou nas dependências do campus da UnB durante a ditadura militar foram as cenas de maior barbárie vistas a um ambiente acadêmico. Tentamos demonstrar como as violações de direitos humanos cometidas contra os membros da comunidade acadêmica podem ser explicadas, em parte, por conta do próprio repúdio das camadas militares ao seu projeto e, principalmente, aos atores envolvidos.

Como mencionamos no capítulo referente à criação da Universidade, atacar a Universidade de Brasília significava para os militares atacar as próprias pessoas que estavam envolvidas em sua fundação. Inclusive, aqui, os três presidentes da república pelo qual o projeto da UnB passou e os intelectuais responsáveis por suas formulações.

O que se viu após a consolidação do golpe militar foram as inúmeras agressões tanto à universidade quanto ao corpo docente e discente. Prisões arbitrárias, cerceamento das liberdades individuais, a eliminação do pensamento discordante por meio da destruição física, foram as marcas deixadas pela ditadura militar para a geração que vivenciou os fatos ocorridos entre os anos de 1964 e 1985 na UnB.

Na memória coletiva das vítimas do regime militar na UnB o fato que apareceu como mais marcante foram as inúmeras invasões militares ao campus universitário. Essas invasões sempre eram seguidas de prisões, espancamentos, desaparecimentos. O clima de medo também foi um fato bastante aludido nos documentos consultados para a realização desta pesquisa, principalmente o medo das ações arbitrárias do Estado ditatorial.

Notamos, nesse sentido, que o relato das vítimas foi fundamental para a compreensão da história da UnB de uma maneira mais inclusiva. O contraponto realizado pelas narrativas daquela geração que vivenciou os fatos ocorridos na UnB ao discurso oficial dos militares fragiliza qualquer possibilidade de defesa das atrocidades cometidas durante aquele período.

Assim, a importância dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade – CNV, no âmbito nacional e da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade - CATMV, no âmbito local, são fundamentais para que se possa reaver a memória e a história que é contada sobre esse período recente de nossa história. Este trabalho também busca contribuir com isso.

No capítulo dois buscamos abordar o conceito de memória coletiva. Primeiro, com base nos trabalhos de Halbwachs, segundo, com as propostas teóricas de Benjamin.

Em relação aos trabalhos de Maurice Halbwachs sua importância para o estudo da sociologia da memória direciona-se, primeiramente, pelo estabelecimento do objeto de estudo memória nos termos de uma “memória coletiva”, situando-a, assim, dentro de

uma dinâmica de compreensão para além da individual, demonstrando sua característica como um *fato social*. Através da obra de Halbwachs notamos como a dinâmica de afirmação e negação das memórias coletivas atuam sobre os indivíduos.

A contribuição de Benjamin liga-se à prática de reencontro com o passado e o estranhamento aos fatos consolidados pela história. Para o autor, o conceito de História deve ser radicalizado para que assim possa contemplar as vozes que foram silenciadas e cerceadas no processo de consolidação de um fato histórico.

As produções intelectuais de ambos os autores induzem a outras várias questões, principalmente, ao olharmos o objeto de estudo deste trabalho. Tentamos responder algumas, porém, outras tantas contribuições ainda podem ser pensadas dentro desse recorte.

Cumpramos observar que a monografia em tela baseou-se essencialmente nos recentes relatórios e bibliografia produzida acerca do tema da ditadura militar. Uma das limitações reconhecidas nesta pesquisa é a ausência de fôlego por parte do pesquisador para a realização de entrevistas com outros atores sociais importantes para a compreensão dos fatos ocorridos.

Nesse sentido, reconhece-se que futuramente outras pesquisas podem vir a completar as análises feitas aqui. De qualquer modo, os dados empíricos utilizados nessas análises encontram-se dentro de um escopo de compreensão amplo, tratando-se de bibliografia essencial para análise do tema da ditadura militar na UnB. Porém, vale esta ressalva relacionada à possibilidade de chegada a outras respostas caso se utilize outros referenciais teóricos e/ou empíricos.

Buscou-se nesse trabalho dar uma sobrevalorização às memórias das vítimas do regime militar. Essa escolha baseia-se na necessidade de uma análise que procure uma maior amplitude quanto à análise das memórias políticas e uma escolha metodológica de análise dos fatos do passado.

Assim, a influência benjaminiana desse trabalho é afirmada na própria escolha dos relatos empíricos escolhidos para a composição da pesquisa. Buscou compreender as memórias da ditadura militar na UnB do ponto de vista daqueles que foram silenciados pela história oficial dos militares.

Por fim, mencionamos uma inquietação que surgiu no decorrer da produção desta monografia. Como mencionamos durante a pesquisa, na UnB (talvez na sociedade brasileira como um todo) constata-se que houve uma permanência ou maior ressonância das memórias dos militares em parte majoritária da população. Seria interessante realizar pesquisas mais profundas sobre os mecanismos de lutas e disputas na produção de memórias coletivas.

As memórias dos militantes políticos, em grande medida, não conseguiu ter eco na sociedade. Uma parte deste problema está relacionada à própria afirmação de uma narrativa histórica investida pelos militares e que conseguiu adesão na sociedade.

Ecléa Bosi (2003), autora famosa por seus estudos com as memórias dos velhos, dá indícios empíricos para respondermos essa inquietação. A autora comenta no livro *O tempo vivo da memória – ensaios de Psicologia Social* que uma das táticas dos regimes totalitários é oferecer, por meio da *propaganda*, um discurso palatável para a população. Assim, as atrocidades cometidas, por exemplo na ditadura militar brasileira, poderiam ser realizadas, contanto que para a população geral as atrocidades cometidas sejam ou escondidas ou enfeitadas por meio da propaganda.

No caso da ditadura brasileira, sabe-se que até mesmo por conta da censura imposta e o clima de medo que pairava na sociedade brasileira, os meios de comunicação não expunham as inúmeras violações de direitos humanos cometidas pelo Estado ditatorial. Essa pauta surge na agenda pública apenas no momento onde a ditadura militar demonstra que perdeu força.

Podemos notar isso nos fatos aludidos pelos alunos da Universidade de Brasília na já citada pesquisa realizada por Analu Fernandes (2013). Boa parte dos alunos pesquisados faz menção a fatos como o suposto crescimento econômico do Brasil, a vitória do Brasil na copa do mundo de 1970 e combate ao comunismo. Menção às atrocidades cometidas pelos militares só são citadas caso tenha sido cometida contra algum familiar do respondente, dessa forma, apresentou-se como um fato pouco aludido pelos respondentes.

Os fatos referidos pela geração atual demonstram que a propaganda da ditadura militar brasileira foi bastante efetiva, encontrando ressonância até hoje nas gerações atuais. As conquistas ressaltadas pelos militares foram justamente as do grande

crescimento econômico do país, o futebol brasileiro vitorioso e o combate aos inimigos da nação, no caso, os comunistas.

A propaganda junto com uma noção de história que privilegia silenciamentos de grupos sociais e distorções explica, em boa medida, a permanência das memórias do ponto de vista dos militares na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Almeida, Ivonette Santiago de. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1992.

Araujo, Maria Paula Nascimento, e Myrian Sepúlveda dos Santos. "História, memória e esquecimento: Implicações políticas." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 79 (2007): 95-111.

Barbosa, André Antônio; Prysthon, Angela Freire. Uma política do passado: a história em Benjamin, a memória em Bergson. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 15, n. 1, p. 3-12, 2012.

Benjamin, Walter. "Sobre alguns temas em Baudelaire". In: Textos escolhidos. São Paulo : Abril Cultural, 1980.

_____, Walter, 1892-1940." A imagem de Proust". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012a. Pp: 37-51.

_____, Walter, 1892-1940." Experiência e Pobreza". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012b. Pp: 123-129.

_____, Walter, 1892-1940."O narrador". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012c. Pp: 213-241.

_____, Walter, 1892-1940." Sobre o conceito de História". In: Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura / Walter Benjamin; tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8 ed. revista – São Paulo Brasiliense, 2012d. Pp: 241-253.

Brasil, Comissão Nacional da Verdade. Relatório/ Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. Volume II – Textos Temáticos. Violações de Direitos Humanos na universidade.

Brasil, Violação dos Direitos Humanos – Tribunal Russell II / Guisepe Tosi, Lúcia Guerra Ferreira, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

Bolle, Willi. "Pensamento Privilegiado e Cultura de Massas (Tradição e Modernidade em Walter Benjamin)." *Linha d'água* 6 (1989): 13-29.

Bosi, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Ateliê editorial, 2003.

Casadei, Eliza Bachega. "Maurice Halbwachs e Marc Bloch em torno do conceito de memória Coletiva." *Revista Espaço Acadêmico* 9. 108 (2010): 153-161.

Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade (CATMV – UnB). Relatório, setembro de 2015.

de Meneses, Ulpiano T. Bezerra. "A história, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais." *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* 34 (1992): 9-23.

Essencial sociologia / organização e introdução de André Botelho. "O que é um fato social?" — 1ª ed. — São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

Franco, Renato. 10 lições sobre Walter Benjamin / Renato Franco. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2015. - (Coleção 10 lições).

Fernandes, Analu. Mal necessário? A memória da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre os estudantes de graduação da UnB – Brasília, 2013.

Frochtengarten, Fernando. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.

Gagnebin, Jeanne Marie. "Verdade e memória do passado." *Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*. 1998.

Gagnebin, Jeanne Marie. "Alegoria, morte e modernidade". In: *História e narração em Walter Benjamin / Jeanne Marie Gagnebin*. – São Paulo: Perspectiva, 2013.

Giddens, Anthony. **As consequências da modernidade**. Unesp, 1990.

Gomes, Candido Alberto. Darcy Ribeiro / Candido Alberto Gomes. – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 152 p.: il. – (Coleção Educadores)

Halbwachs, Maurice. "A Memória Coletiva". São Paulo. Editora Vértice, 1990.

Le Goff, Jacques. "Memória". In: *História e memória / Jacques Le Goff*; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

Löwy, Michael. "'A contrapelo". A concepção dialética da cultura nas teses de Walter Benjamin (1940). *Lutas Sociais*. (2011): 20-28.

_____, Michael. Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses" Sobre o conceito de história". Boitempo Editorial, 2015.

Mannheim, Karl. Sociologia / organizadora da coletânea Marialice Mencarini Foracchi ; [tradução Emílio Willems, Sylvio Uliana e Cláudio Marcondes; seleção e revisão técnica da tradução Florestan Fernandes]. - São Paulo Ática, 1982.

Matos, Olgária CF. "Benjamin e a questão do método". In: *O iluminismo visionário: Benjamin, leitor de Descartes e Kant*. Brasiliense, 1999.

Martins Filho, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, v. 28, p. 178-201, 2002.

Monteiro, Maria Rosa Leite. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1993.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Zahar, 2014.

Pinto, Simone Rodrigues. "Justiça e restauração social". In: Memória, verdade e responsabilidade : uma perspectiva restaurativa da justiça transicional /Simone Rodrigues Pinto. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

Repressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro : estudos sobre Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal. -- Brasília : Ministério da Justiça, Comissão de Anistia ; Portugal : Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

Salmeron, Roberto A. *A universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Editora UnB, 1998.

Santos, Myrian Sepúlveda dos. Memória Coletiva e Teoria Social. São Paulo: Annablume, 2003.

Schmidt, Benito Bisso. "Entre a filosofia e a sociologia: matrizes teóricas das discussões atuais sobre história e memória." *Estudos Ibero-Americanos* 32.1 (2006): 85-97.

Schmidt, Maria Luisa Sandoval; Mahfoud, Miguel. Halbwachs: memória coletiva e experiência. **Psicologia Usp**, v. 4, n. 1-2, p. 285-298, 1993.

Seligmann-Silva, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia clínica**, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

Sorgentini, Hernán. "Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia." *Revista Brasileira de História* 23.45 (2003): 103-128.

UnB 30 anos / Universidade de Brasília. Assessoria de planejamento. - - Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1992.

Universidade de Brasília : projeto organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de 1961 / Darcy Ribeiro (org.). – Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2011.

Weber, Max, 1864-1920. Sobre a universidade: o poder do Estado e a dignidade da profissão acadêmica / Max Weber ; [tradução Lólio Lourenço de Oliveira; Revisão técnica Augustin Wernet]. - São Paulo: Cortez, 1989.

Weller, Wivian. "A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim." *Sociedade e Estado* 25.2 (2010): 205-224.

SITES CONSULTADOS:

História e Missão. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. <http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

Os militares e o governo João Goulart. Centro de Pesquisa e documentação de História Contemporânea do Brasil. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_militares_e_o_governo_JG. Último acesso em 08 de outubro de 2016.

Ato Institucional Nº 01, de 09 de abril de 1964. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm . Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

Ato Institucional Nº 02, de 27 de outubro de 1965. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm Último acesso em : 08 de outubro de 2016.

Ato Institucional Nº 03, de 5 de fevereiro de 1966. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-03-66.htm Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

Ato Institucional Nº 05, de 13 de dezembro de 1968. Presidência da República. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm Último acesso em: 08 de outubro de 2016.

Decreto-Lei N° 477, de 26 de fevereiro de 1969. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm Último
acesso em: 08 de outubro de 2016.

Morre, Maria Rosa, mãe de Honestino Guimarães:
<http://unb2.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=7079> Último acesso em: 24
de outubro de 2013.

Ver Reportagem em:
<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=9008> último acesso em 24 de
outubro de 2016.

Ver reportagem em :

[http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/09/28/interna_cidadesdf
,550790/um-ano-depois-ponte-de-acesso-ao-lago-sul-esta-a-espera-de-um-nome.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2016/09/28/interna_cidadesdf,550790/um-ano-depois-ponte-de-acesso-ao-lago-sul-esta-a-espera-de-um-nome.shtml)
último acesso em 25 de outubro de 2016.